



# SANTOS BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

CNPJ/MF nº 02.762.121/0001-04

## Relatório da Administração

Prezados (as) Acionistas,  
Submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da Santos Brasil Participações S.A. ("Santos Brasil") (Código B3: STBP3) relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, são apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, nas normas IFRS e nas normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

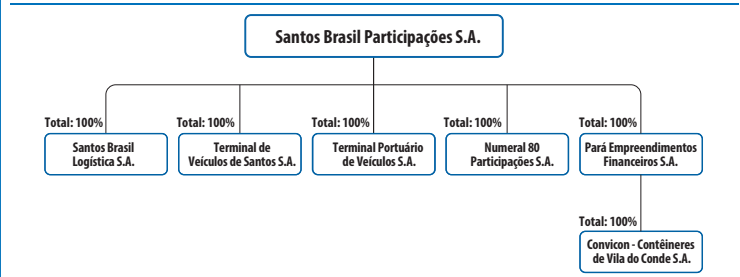
## MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Em 2021, a Santos Brasil entregou mais uma importante etapa de sua jornada. Apesar das dificuldades impostas pela pandemia, nos últimos dois anos, a evolução da Companhia continuou a passos largos, resultado de uma ampla transformação na gestão dos negócios e fortalecimento de suas vantagens competitivas, sempre pautada pelo crescimento sustentável. Em 2021, a Santos Brasil avançou em frentes importantes: lançando uma nova unidade de negócio no segmento portuário de graneis líquidos, que já inicia com 190.000 m<sup>3</sup> de capacidade; concluindo a primeira fase do projeto de expansão e modernização do Tecon Santos, que garante mais capacidade e produtividade ao transporte de carga contêinerizada no Porto de Santos; e, ainda, pactuando uma série de renegociações contratuais bem-sucedidas, preponderantes para reposicionar os resultados e a geração de caixa da Companhia, compatibilizando-os à excelência operacional e aos compromissos de investimento da empresa. Fundamentos sólidos, uma gestão ágil e responsável e uma governança de alto padrão vêm permitindo à Santos Brasil se manter como um dos principais players de infraestrutura e logística da América do Sul, em que pese o contexto macroeconômico local e global, além dos gargalos logísticos marítimos e terrestres que o comércio internacional enfrenta. Em 2021, as operações portuárias e logísticas da Companhia foram impulsionadas por maiores volumes movimentados e um mix de carga balanceado, com destaque para as importações de bens de consumo, insumos industriais, componentes automotivos, produtos químicos, farmacêuticos entre outros. No Brasil e no mundo, o consumo de bens continuou em franca recuperação, também apoiado por auxílios sociais governamentais. Por sua vez, as exportações de commodities contribuíram para o ritmo acelerado nas movimentações de contêineres nos terminais da Santos Brasil. A demanda por logística se intensificou e, nos focos dos gargalos nos transportes marítimo e terrestre globalmente, agravados pelas restrições de mão-de-obra devidas à variante Omicron, esperar-se-ia até mesmo volumes superiores aos números reportados em 2021. A receita líquida consolidada da Santos Brasil totalizou R\$ 1,5 bilhão em 2021, um aumento de 65% em relação a 2020 e 58% superior a 2019, ano que não teve os efeitos da pandemia. A geração de caixa operacional, representada pelo EBITDA, somou R\$ 564 milhões em 2021, 166% maior que 2020 e 155% superior a 2019. Em base recorrente, o EBITDA atingiu aproximadamente R\$579 milhões em 2021 (+180% vs. 2020 e +161% vs. 2019), em linha com o valor máximo do *Guidance* projetado. Em 2021, a Companhia investiu R\$ 240 milhões na expansão e modernização de seus ativos, distribuiu R\$ 161 milhões em dividendos, que ainda serão somados aos R\$ 97 milhões em JCP a serem pagos em 10/05/2022, e finalizou o exercício social com uma posição de caixa e aplicações financeiras de R\$ 1,1 bilhão, que serão direcionadas à expansão de seus negócios e à remuneração do capital de seus acionistas. A estratégia de crescimento orgânico e inorgânico da Santos Brasil é uma prioridade. Em 2022, a Companhia deverá iniciar as operações de dois terminais de líquidos no Porto de Itaquí – IQI03 e IQI11 – adquiridos nos leilões realizados pelo Ministério da Infraestrutura em abril de 2021, e começará a investir na construção do terceiro terminal arrematado – IQI12 – também em 2021, um projeto *greenfield* com início das operações previsto para 2026. A Companhia segue focada na prospecção e análise de oportunidades de investimento, principalmente M&A (fusões e aquisições). Os pilares dessa estratégia são ativos portuários em segmentos de crescimento sustentável e duradouro – e.g. graneis sólidos e líquidos, além do próprio contêiner –, bem como ativos de logística integrados ao sistema portuário, onde o posicionamento (*business footprint*) da Companhia lhe confere vantagens competitivas. Quanto à alocação de caixa nos ativos atuais, o destaque é a segunda fase do projeto de expansão e modernização do Tecon Santos, que já está em curso e tem previsão de investimentos no montante aproximado de R\$ 250 milhões em 2022, além do início do CapEx dos terminais de graneis líquidos no Porto de Itaquí/MA. A primeira fase, que contou com a aquisição de equipamentos e a construção de um novo berço de atracação (além do aprofundamento do cais), foi concluída em 2021, elevando a capacidade do Tecon Santos de 2,0 milhões para 2,4 milhões TEUs. A próxima etapa de investimentos, em 2022 e 2023, aumentará a capacidade do terminal para 2,6 milhões TEUs. A correspondente expansão, além do alto retorno esperado, reforça o compromisso da Santos Brasil em garantir que o Porto de Santos continue provendo infraestrutura e um elevado nível de serviço aos seus usuários, viabilizando um crescimento acelerado no comércio exterior brasileiro e no transporte doméstico de cargas contêinerizadas. As ações da Santos Brasil (ticker: STBP3) passaram a compor, em janeiro de 2022, três índices de B3 – IBX100, IC02 e IGTPW –, cancelando o compromisso da Companhia em fornecer um bom ambiente de trabalho aos seus funcionários(as) e a constante preocupação com o meio ambiente, pela reconhecida redução das emissões de gases de efeito estufa, uso e reúso racional de água e destinação adequada de resíduos. O desenvolvimento contínuo da Santos Brasil busca construir bases sólidas e os processos necessários para garantir a sustentabilidade dos seus negócios, o que também inclui importantes ações e investimentos em capital humano. Foram inúmeros os avanços e processos efetuados nos últimos anos.

## A SANTOS BRASIL

Fundada em 1997, a Santos Brasil é líder na operação portuária de contêineres no mercado brasileiro, sendo responsável por aproximadamente 17% dos contêineres movimentados nos portos do País<sup>1</sup>. Possui presença em Portos Organizados localizados nas regiões Sudeste, Sul, Norte e Nordeste, com nove terminais arrendados: (i) três terminais de contêiner - Tecon Santos, no Porto de Santos/SP, Tecon Imbituba, no Porto de Imbituba/SC e Tecon Vila do Conde, no Porto de Vila do Conde/PA; (ii) um terminal de veículos (TEV), no Porto de Santos/SP; (iii) dois terminais de carga geral - TCG Imbituba, no Porto de Imbituba/SC e TCG Sabão, no Porto de Santos/SP; e (iv) três terminais de líquidos no Porto de Itaquí/MA, arrematados e leilões promovidos pelo Ministério da Infraestrutura em abril de 2021 e ainda em fase pré-operacional. Através da Santos Brasil Logística (SBLG), empresa de logística integrada do grupo, a Companhia ainda possui dois terminais afundados: Tecon Logístico Industrial e Aduaneiro (CLIA), instalado no Porto de Santos e no Guarujá/SP além de operar dois Centros de Distribuição no Estado de São Paulo (CD São Bernardo do Campo e CD Imigrantes) e uma frota própria de aproximadamente 135 caminhões. A Companhia atua em praticamente todas as etapas da cadeia logística, desde o embarque e descarga de contêineres e cargas gerais dos navios, até a movimentação, armazenagem, transporte e distribuição das cargas, conectando as etapas que compõem a cadeia de suprimentos de seus clientes e oferecendo soluções logísticas integradas e customizadas. A Santos Brasil presta serviços às companhias de navegação (armadores), operadoras dos navios e dos contêineres, e aos embarcadores (donos da carga), dentre eles importadores e exportadores, que atuam em múltiplos segmentos, com destaque para o automotivo, químico, petroquímico, farmacêutico, alimentício, eletroeletrônicos, bens de consumo, agronegócio, entre outros. A Companhia não realizou fusões, aquisições ou cisões em 2021 e, atualmente, possui investimentos em sociedades controladas, conforme o organograma a seguir:

## ESTRUTURA SOCIETÁRIA



Participação	2021	2020
<b>Controladas diretas:</b>		
Santos Brasil Logística S.A.	100%	100%
Terminal de Veículos de Santos S.A.	100%	100%
Terminal Portuário de Veículos S.A.	100%	100%
Numerar 80 Participações S.A.	100%	100%
Para Empreendimentos Financeiros S.A.	100%	100%
<b>Controladas indiretas:</b>		
Convicor - Contêineres de Vila do Conde S.A.	100%	100%

Os dados a seguir representam a variação dos investimentos. A Para Empreendimentos Financeiros S.A. é a controladora direta da Convicor Contêineres de Vila do Conde S.A.

Participação	2021	2020
<b>Controladas diretas:</b>		
Santos Brasil Logística S.A.	148,9	132,5
Terminal de Veículos de Santos S.A.	174,8	162,7
Terminal Portuário de Veículos S.A.	0,5	0,0
Numerar 80 Participações S.A.	0,8	0,2
Para Empreendimentos Financeiros S.A.	113,4	109,0
<b>Total</b>	<b>438,4</b>	<b>404,4</b>
<b>Controladas indiretas:</b>		
Convicor - Contêineres de Vila do Conde S.A.	112,6	108,2

## CONTEXTO DE MERCADO

A Balança Comercial brasileira registrou superávit de US\$ 61,2 bilhões em 2021, aumento de 21,5% em relação a 2020, segundo dados do Ministério da Economia. As exportações totalizaram US\$ 281 bilhões, aumento de 34,2% na comparação anual, enquanto as importações somaram US\$ 219 bilhões, crescimento de 38,2% em relação a 2020. Com efeito, em 2021, a soma das exportações e importações apresentou crescimento de 35,9% frente a 2020, desempenho que reflete a recuperação progressiva do comércio global passada a fase mais aguda da pandemia da Covid-19. O Porto de Santos, principal porto brasileiro e cuja dinâmica é mais diretamente correlacionada ao comércio exterior do País, apresentou crescimento de 10,0% na movimentação de contêineres em 2021, de acordo com a Santos Port Authority (SPA). As importações registraram alta de 31,6%, na comparação anual, reflexo da retomada da atividade industrial e do alto patamar do consumo de bens e mercadorias no Brasil e nos mercados globais, enquanto as exportações apresentaram aumento de 22,2%, em 2021. O volume de contêineres movimentados por cabotagem apresentou alta de 1,0% em 2021, em relação a 2020. A movimentação de contêineres no Tecon Imbituba, essencialmente representada pela navegação costeira, registrou crescimento de 4,6% em 2021, reflexo do aumento no transporte doméstico via cabotagem de cargas como arroz, cerâmica, madeira e outras commodities. Já o Tecon Vila do Conde apresentou alta de 8,0% na movimentação de contêineres, com altas nos volumes de longo curso e cabotagem, com destaque para as exportações de commodities agrícolas e minerais, como carne congelada, frutas, caulim, manganês entre outros. De acordo com os dados publicados pela ANTAQ<sup>2</sup>, o Porto de Itaquí teve crescimento de 49,0% em 2021 na movimentação de Graneis Líquidos e Gasosos, com altas anuais de 53,8% e 43,8% nos fluxos de Longo Curso e Cabotagem, respectivamente. Em 2021, a produção brasileira de veículos cresceu 11,6% em relação a 2020, segundo dados da ANFAVEA<sup>3</sup>. A produção de veículos é um indicador importante para a movimentação de contêineres importados no Porto de Santos em função do abastecimento de peças e componentes às montadoras instaladas no País. Em relação às exportações de veículos, houve alta de 16,0% em 2021, com a recuperação dos embarques para a Argentina, principal mercado comprador de veículos leves do Brasil. Vale notar que, como resultado, o volume de 2021 do TEV (Terminal de Veículos) apresentou crescimento de 32,3%, sendo que as exportações registraram alta de 35,3% na comparação anual. Em 2021, a taxa de ocupação<sup>4</sup> do TEV aumentou para 68% (vs. 51% em 2020).

## ESTRATÉGIA E MODELO DE NEGÓCIO

A Santos Brasil é um operador de terminais independente, que busca maximizar o retorno de seus ativos, promover a competitividade de todo e qualquer cliente e conduzir os seus negócios pautando-se em cinco pilares principais: (i) excelência na prestação de serviços e na experiência de seus clientes; (ii) investimento em capital humano e experiência do funcionário(a); (iii) sustentabilidade ambiental; (iv) segurança administrativa e operacional; e (v) ética e transparência. Esses alicerces asseguram um elevado padrão ESG<sup>5</sup>, inclusive governança corporativa, alta produtividade, inovação, disciplina na alocação de capital e na gestão de riscos. A estratégia da Companhia passa pela construção de um portfólio de ativos portuários e logísticos com vantagens competitivas identificáveis, estrategicamente localizados e difíceis de replicar, que exigem expertise operacional, administrativa e regulatória, bem como demandam solidez financeira para executar os investimentos contratuais. O Tecon Santos é um bom exemplo desse modelo de negócio, onde a Companhia já aplicou R\$ 5,6 bilhões (corrigidos por IGP-M) ao longo de 25 anos (cujo total deverá alcançar aproximadamente R\$ 7 bilhões até 2031), constituindo-se no maior e mais importante terminal de contêineres do Brasil, instalado no principal porto nacional. Os mercados de interesse são aqueles de crescimento longo e duradouro, sem grandes riscos de interrupção durante o ciclo de operação dos ativos e, preferencialmente, que se beneficiem de correlação positiva com indústrias de crescimento sustentado no país de atuação, a exemplo do agronegócio brasileiro (graneis sólidos e líquidos) e da cadeia de consumo de bens duráveis e não duráveis e insumos para a produção, essencialmente transportados e movimentados via contêineres<sup>6</sup>.

<sup>1</sup> Anuário ANTAQ, considerando o ano completo de 2021.

<sup>2</sup> Anuário ANTAQ, considerando o ano completo de 2021.

<sup>3</sup> Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores.

<sup>4</sup> Cálculo sobre a capacidade de 300 mil veículos/ano.

<sup>5</sup> Sigla para Environmental, Social and Corporate Governance (Meio-Ambiente, Social e Governança Corporativa).

<sup>6</sup> Estima-se que 60% de todos os bens comercializados no mundo sejam transportados através de

## PERSPECTIVAS E OPORTUNIDADES

A evolução do setor portuário brasileiro ganhou impulso nos últimos cinco anos, a partir de um arcabouço regulatório mais moderno e flexível (e.g. Decreto 9.048/2017 e Portaria MINFRA 513/2019), que trouxe maior segurança jurídica aos participantes do mercado e propiciou o destravamento de investimentos. Somado a isso, uma ampla agenda de leilões de terminais portuários, tanto de projetos *greenfield* quanto de *brownfield*, que culminou com a transferência, em 2021, de 12 terminais portuários à iniciativa privada e o compromisso de R\$ 1,65 bilhão em investimentos. Além disso, busca-se promover a desestatização das autoridades portuárias brasileiras, o que, se feito da maneira adequada, sem risco à segurança jurídica dos atuais contratos, poderá significar um novo marco na gestão dos portos brasileiros e no aprimoramento dos serviços prestados aos seus usuários (e.g. dragagem), inclusive aos arrendatários de instalações portuárias, a exemplo da Santos Brasil. Nesse contexto, a Companhia entende que as oportunidades de investimento em seus atuais ativos propiciam retornos condizentes ao capital aplicado (e risco incorrido), ao passo que criam outras avenidas de crescimento com retornos atraentes. Em 2021, por exemplo, a empresa iniciou uma nova unidade de negócios, i.e. graneis líquidos, a partir da aquisição de três terminais leiloados pelo Ministério da Infraestrutura, cujos terminais *brownfield* devem iniciar operação em 2022 e o terceiro, *greenfield*, em 2026. Outrossim, dentre os ativos atualmente operacionais, a Companhia investiu R\$ 14,9 milhões no Tecon Vila do Conde e R\$ 169,2 milhões no Tecon Santos, no ano de 2021. A Companhia continuará os investimentos orgânicos na expansão e modernização dos ativos atuais, principalmente no Tecon Santos, que terá sua capacidade ampliada para cerca de 3,0 milhões TEUs nos próximos anos. A expansão do Tecon Santos, em curso, atenderá à demanda futura do Porto de Santos, com maior produtividade, eficiência e sustentabilidade. Com o término das obras de expansão e reforço do cais do TEV/Tecon Santos em 2021, que adicionam 400 mil TEUs à capacidade atual de 2,0 milhões TEUs, iniciam-se, em 2022, investimentos em expansão e modernização voltados, principalmente, na retroárea do terminal, que deverão levar a capacidade do terminal de 2,4 milhões TEUs em 2022 para 2,6 milhões TEUs até 2024. A Santos Brasil renovou, em 2021, os contratos de arrendamento transitórios das duas instalações portuárias localizadas na região do Sabão, na margem direita do Porto de Santos, que somam mais de 100 mil m<sup>2</sup>. Os terminais são dedicados à movimentação de cargas de projeto e carga geral como, por exemplo, geradores de energia, pás eólicas, lingotes de alumínio, celulose etc. Os contratos possuem duração de 180 dias e poderão ser renovados pela autoridade portuária por prazo indeterminado. No Tecon Vila do Conde, os investimentos realizados entre 2018 e 2021 expandiram a infraestrutura do terminal, com a aquisição de novos equipamentos de cais e pílo, aumentando a capacidade de movimentação e armazenagem de contêineres em, aproximadamente 50%, para 217 mil TEUs ao ano. Mais recentemente, os investimentos se voltaram na automação de *gates*, na implantação de sistemas de tecnologia e na modernização das instalações de apoio. O Tecon Vila do Conde deverá continuar crescendo em 2022, com as exportações de commodities minerais e agropecuárias da região Norte do País em franca expansão. O crescente fluxo de cabotagem, que realiza o transporte de cargas entre o Norte e o Sudeste/Sul do País através da navegação costeira, também deverá continuar crescendo ao longo dos próximos anos, tendo a BR do Mar como avançada adicional. Nas operações do Tecon Imbituba, a Companhia seguirá em busca de novos serviços, com perspectiva de manutenção do atual serviço de cabotagem e, possivelmente, aproveitar a oportunidade de aumento de volume de carga transportada via esse modal após a aprovação da BR do Mar, Projeto de Lei que tem como objetivo o aumento de oferta de navios para cabotagem. Além disso, o Tecon Imbituba está apto a receber os navios Post Panamax, com 366 metros de LOA (comprimento), cuja vinda para a costa brasileira deverá ocorrer em breve, o que poderá impulsionar as operações de longo curso no terminal. No Terminal de Carga Geral de Imbituba, os embarques de celulose e commodities alimentícias para exportação devem continuar contribuindo para o desempenho da operação do Sul, além da prospecção de outras cargas, e.g. cargas de projeto e graneis sólidos. No TEV (Terminal de Veículos), as exportações de veículos para o mercado argentino apresentaram recuperação e cresceram no ano de 2021. O destaque também se deu na importação e exportação de veículos pesados, como máquinas agrícolas, equipamentos para construção civil, ônibus e caminhões, que tiveram um forte desempenho em 2021. As boas perspectivas para o agronegócio e o setor de construção civil devem continuar impulsionando o mix de veículos pesados no TEV em 2022. Nas operações de logística integrada da SBLG, a alta significativa nos volumes de importação no Porto Santos foi a principal alavanca de resultados em 2021, permitindo também um aumento no escopo dos serviços logísticos prestados. Além disso, a SBLG começou a colher os frutos da reestruturação que passou nos últimos anos. Em 2021, houve uma ampla renegociação de contratos, com crescimento no ticket médio que elevou as margens operacionais da unidade de negócio. Por fim, a Santos Brasil encorreu o exercício de 2021 com uma posição de caixa e aplicações financeiras de R\$ 1,1 bilhão. Em 2022, a Companhia continuará avaliando oportunidades de investimento, inclusive M&A (fusões e aquisições), aderentes ao plano estratégico de longo prazo, que visa a expansão e equilíbrio de seu portfólio de ativos portuários e logísticos, seguindo o modelo de negócio mencionado.

## DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

### Desempenho operacional

Consolidado	2021	2020	Δ (%)
<b>TERMINAIS PORTUÁRIOS</b>			
<b>Cais (contêineres)</b>	<b>1.301.435</b>	<b>1.078.992</b>	<b>20,6%</b>
Contêineres cheios	1.007.391	807.288	24,8%
Contêineres vazios	294.044	271.704	8,2%
<b>Armadagem (contêineres)</b>	<b>161.839</b>	<b>127.607</b>	<b>26,7%</b>
<b>Cais - carga geral (t)</b>	<b>370.147</b>	<b>281.422</b>	<b>31,5%</b>
<b>LOGÍSTICA</b>			
<b>Armadagem (contêineres)</b>	<b>70.067</b>	<b>46.513</b>	<b>50,6%</b>
<b>TERMINAL DE VEÍCULOS</b>			
<b>Veículos movimentados</b>	<b>203.146</b>	<b>153.511</b>	<b>32,3%</b>
Exportação	181.884	134.251	35,5%
Importação	21.262	19.260	10,4%

### Operações Portuárias

Operações Portuárias	2021	2020	Δ (%)
<b>TERMINAIS PORTUÁRIOS</b>			
<b>Tecon Santos</b>	<b>1.149.987</b>	<b>937.424</b>	<b>22,7%</b>
Contêineres cheios	921.576	723.232	27,4%
Contêineres vazios	228.411	214.192	6,6%
Carga Geral (t)	–	–	–
<b>Tecon Imbituba</b>	<b>43.581</b>	<b>41.678</b>	<b>4,6%</b>
Contêineres cheios	27.363	25.508	7,3%
Contêineres vazios	16.218	16.170	0,3%
Carga Geral (t) <sup>1</sup>	370.147	281.344	31,6%
<b>Tecon Vila do Conde</b>	<b>107.867</b>	<b>99.890</b>	<b>8,0%</b>
Contêineres cheios	58.452	58.548	-0,2%
Contêineres vazios	49.415	41.342	19,5%
Carga Geral (t)	–	78	-100,0%

<sup>1</sup> Terminal de Carga Geral (TCG) de Imbituba.

## TERMINAIS PORTUÁRIOS

Em 2021, a movimentação nos Terminais Portuários somou 1.301.435 contêineres, o que representa alta de 20,6% na comparação com o ano de 2020. Em 2021, a movimentação de contêineres cheios totalizou 1.007.391 unidades e, portanto, responderam por 77,4% da movimentação consolidada, importante melhora em relação a 2020, quando o mix foi de 74,8%. Em 2021, o crescimento dos volumes de contêineres movimentados nos terminais da Santos Brasil seguiu a gradual retomada da atividade industrial, o forte consumo doméstico de bens e as elevadas exportações de commodities para o mundo. Em 2021, o fluxo de contêineres movimentados nos três terminais portuários referentes ao comércio entre Brasil e Rússia/Ucrânia foi de 19,227 unidades (importação + exportação + contêineres vazios), representando 0,99% do volume consolidado das operações de cais no ano. O Tecon Santos registrou 1.149.987 contêineres movimentados em 2021, aumento de 22,7% na comparação com 2020, impulsionado (i) pelas importações (+36,0% YoY), reflexo da reposição de estoques na indústria e no varejo e do consumo doméstico, principalmente nos setores automobilístico, químico, farmacêutico e de bens de consumo, e (ii) pelo bom ritmo das exportações (+18,2% YoY), dado que as commodities agrícolas embarcadas pelo Brasil, parcela mais representativa da exportação, são produtos de consumo essencial. Em 2021, o Tecon Santos operou cerca de dois terços das escalas extras do Porto de Santos. Como o crescimento do Tecon Santos superou o do Porto de Santos<sup>7</sup>, que foi de 10,0% em 2021, o *market share* do Tecon Santos subiu para 39,7% no ano, comparado aos 35,6% registrados em 2020. Em relação ao mix, a movimentação de contêineres cheios cresceu 27,4% em 2021 em relação a 2020, com participação de 80,1% na movimentação total (vs. 77,2% em 2020), enquanto o volume de contêineres vazios teve alta de 6,6% na comparação anual. Vale notar que o terminal movimentou 299.470 contêineres cheios de importação em 2021 (+43,5% em relação a 2020) e 213.005 unidades cheias de exportação (+10,3% na comparação anual). Já o Tecon Imbituba movimentou 43.581 contêineres em 2021, aumento de 4,6% na comparação anual, resultado do crescimento de 5,3% no volume de cabotagem, com destaque para a movimentação de contêineres cheios, cujo crescimento foi de 8,5% em relação a 2020. No TCG Imbituba, o volume de carga geral movimentado em 2021 totalizou 370.147 toneladas, alta de 31,6% em relação a 2020, com destaque para os embarques de celulose, descargas de *big bags* com produtos químicos, embarques de commodities alimentícias e desembarques de equipamentos, como pás eólicas. Finalmente, o Tecon Vila do Conde registrou 107.867 contêineres movimentados em 2021, o que representa aumento de 8,0% na comparação com 2020, resultado (i) da alta de 6,7% nas exportações, com destaque para o embarque de commodities minerais, como manganês e caulim, e em parte congelada, e (ii) do crescimento de 24,3% nos volumes de cabotagem, ainda que mais concentrado na movimentação de contêineres vazios, que registrou aumento de 19,5% em 2021, enquanto a movimentação de unidades cheias permanece estável na comparação anual.

## LOGÍSTICA

Em 2021, as operações de armazenagem da Santos Brasil Logística somaram 70.067 contêineres, aumento de 50,6% em relação a 2020, resultado do crescimento das importações no Porto de Santos. Ressalta-se que os CLIAs da SBLG armazenam contêineres importados pelo Tecon Santos e captados de outros terminais santistas. Vale destacar a evolução do CLIA Guarujá, que foi capaz de suportar a operação do Tecon Santos, armazenando contêineres de importação, e oferecer serviços logísticos adicionais a seus clientes, aumentando o ticket médio dessa unidade de negócio. Para a SBLG, o reaquecimento da atividade industrial em 2021 teve impactos positivos nos serviços de armazenagem allandageada e na prestação de diversos serviços integrados à cadeia de suprimentos dos clientes, como operações de entreposto aduaneiro, *cross-docking*, gestão de estoque, distribuição e transporte, operações concebidas pela sigla 3PL (*Third-Party Logistics*).

## TERMINAL DE VEÍCULOS

Em 2021, o TEV movimentou 203.146 veículos, crescimento de 32,3% em relação a 2020, com alta de 35,5% nas exportações, reflexo da recuperação dos embarques de veículos leves para a Argentina, e aumento de 10,4% nas importações. Em relação ao mix, os veículos leves foram responsáveis por 89,0% da movimentação (vs. 91,7% em 2020), enquanto observou-se crescimento na participação de veículos pesados, que passou de 8,3% em 2020 para 11,0% em 2021, com destaque para equipamentos de linha verde (agronegócio) e linha amarela (construção civil).

## DESEMPENHO FINANCEIRO

### Receita Bruta dos Serviços

R\$ milhões	2021	2020	Δ (%)
<b>TERMINAIS PORTUÁRIOS</b>	<b>1.333,2</b>	<b>770,3</b>	<b>73,1%</b>
Operações de cais	760,3	404	88,2%
Operações de armazenagem	572,9	366,3	56,4%
<b>LOGÍSTICA</b>	<b>357,0</b>	<b>277,6</b>	<b>28,6%</b>
<b>TERMINAL DE VEÍCULOS</b>	<b>88,9</b>	<b>50,1</b>	<b>77,4%</b>
Eliminações	-10,7	-11	-2,7%
<b>CONSOLIDADO</b>	<b>1.768,4</b>	<b>1.087,0</b>	<b>62,7%</b>

Em 2021, a Receita Bruta da Santos Brasil somou R\$ 1,76 bilhão, um aumento de 62,7% na comparação com 2020, com crescimento em todas as unidades de negócios. Em relação aos Terminais Portuários, a receita de operações de cais cresceu 88,2% em 2021, principalmente, devido (i) ao aumento nos volumes dos três terminais de contêineres; (ii) às renegociações contratuais com armadores, com destaque para o Tecon Santos; e (iii) ao melhor mix de terminais cheios de importação no Tecon Santos. A receita de armazenagem apresentou alta de 56,4% em 2021, em relação a 2020, reflexo do crescimento das importações no Porto de Santos e do maior ticket médio por contêiner armazenado. Em 2021, o Tecon Vila do Conde teve receita extraordinária no montante de R\$ 10,4 milhões com a locação de um guindaste MHC para outro operador portuário no Porto de Vila do Conde. A SBLG apresentou aumento de 28,6% na Receita Bruta de 2021, resultado: (i) do maior volume de contêineres armazenados, que acompanhou o forte ritmo das importações no Porto de Santos; (ii) do crescimento do ticket-médio, reflexo da ampla renegociação de contratos e do melhor mix de serviços; e (iii) da maior representatividade de serviços logísticos integrados, principalmente no modelo 3PL (*Third-Party Logistics*), prestados nos Centros de Distribuição e nas operações *in-house*. A Receita Bruta do TEV foi 77,4% superior em 2021, impulsionada pela forte movimentação de veículos no ano, além da maior participação de veículos pesados no mix.

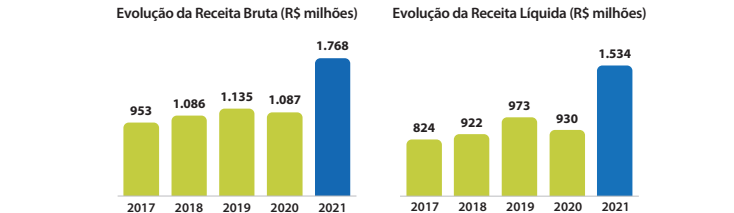
<sup>1</sup> contêineres, de acordo com a OCDE.

<sup>2</sup> Segundo dados publicados pela Santos Port Authority.

## Receita Líquida dos Serviços

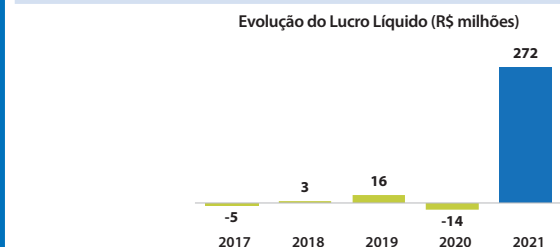
R\$ milhões	2021	2020	Δ (%)
<b>TERMINAIS PORTUÁRIOS</b>	<b>1.169,5</b>	<b>670,9</b>	<b>74,3%</b>
Operações de cais	685,6	359,8	90,6%
Operações de armazenagem	483,8	311,1	55,5%
<b>LOGÍSTICA</b>	<b>299,1</b>	<b>226</b>	<b>32,3%</b>
<b>TERMINAL DE VEÍCULOS</b>	<b>75,4</b>	<b>42,6</b>	<b>77,0%</b>
Eliminações	-9,7	-9,9	-2,0%
<b>CONSOLIDADO</b>	<b>1.534,3</b>	<b>929,6</b>	<b>65,0%</b>

Em 2021, a Receita Líquida da Companhia somou R\$ 1,53 bilhão, crescimento de 65,0% em relação a 2020.



## Custos Operacionais

← continuação



Em 2021, a Companhia apurou Lucro Líquido de R\$ 271,7 milhões, revertendo o Prejuízo Líquido de R\$ 13,8 milhões registrado em 2020. De acordo com o Estatuto Social da Companhia, incidirão sobre o Lucro Líquido as seguintes deduções ou acréscimos, de forma decrescente e na seguinte ordem:

1. 5% (cinco por cento) para a formação da Reserva Legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do Capital Social. A constituição da Reserva Legal poderá ser dispensada no exercício em que o saldo da mesma, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% (trinta por cento) do Capital Social;
2. Montante destinado à formação de Reservas para Contingências e reversão das formadas em exercícios anteriores;
3. Lucros a Realizar e Reversão dos Lucros anteriormente registrados nessa reserva que tenham sido realizados no exercício;
4. 25% (vinte e cinco por cento) para pagamento do dividendo mínimo obrigatório; e
5. A parcela remanescente do lucro líquido ajustado após o pagamento do dividendo mínimo obrigatório será destinada à Reserva para Investimento e Expansão, que tem por finalidade: (i) assegurar recursos para investimentos em bens do ativo permanente, sem prejuízo de retenção de lucros nos termos do Art. 196 da Lei nº 6.404/76, (ii) reforço de capital de giro, e podendo ainda (iii) ser utilizada em operações de resgate, reembolso ou aquisição de ações do capital da Companhia, podendo a Assembleia Geral deliberar sua dispensa na hipótese de pagamento de dividendos adicionais a dividendo mínimo obrigatório.

#### Divida e Disponibilidades

RS milhões	Moeda	31/12/2021	31/12/2020	Δ (%)
Curto Prazo	Nacional	65,6	48,3	35,8%
	Estrangeira	5,0	5,1	-2,0%
Longo Prazo	Nacional	315,4	367,6	-14,2%
	Estrangeira	7,2	12,2	-41,0%
<b>Endividamento Total</b>		<b>393,2</b>	<b>433,2</b>	<b>-9,2%</b>
Caixa e aplicações financeiras		1.064,6	1.070,5	-0,6%
<b>Divida Líquida</b>		<b>-671,4</b>	<b>-637,3</b>	<b>5,4%</b>
<b>Divida Líquida/EBITDA proforma UDM¹</b>		<b>-1,59x</b>	<b>-6,36x</b>	

¹ Últimos doze meses;

A Companhia encerrou 2021 com caixa e aplicações financeiras no montante de R\$ 1.064,6 e, após desconto da dívida bruta, caixa líquido de R\$ 671,4 milhões, o que representa o índice de alavancagem de 1,59x, calculado através da relação entre dívida líquida e EBITDA proforma dos últimos 12 meses.

#### Investimentos

RS milhões	2021	2020	Δ (%)
<b>TERMINAIS PORTUÁRIOS</b>	<b>228,7</b>	<b>215,9</b>	<b>5,9%</b>
Tecon Santos	169,2	203,4	-16,8%
Tecon Imbituba	1,5	0,1	1.400,0%
Tecon Vila do Conde	14,9	12,0	24,2%
Terminal do Sabão	-	0,4	-75,0%
Terminais de Líquidos	43,0	0,0	-
<b>LOGÍSTICA</b>	<b>10,5</b>	<b>7,8</b>	<b>34,6%</b>
<b>TERMINAL DE VEÍCULOS</b>	<b>0,6</b>	<b>0,0</b>	<b>-</b>
<b>CORPORATIVO</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>INVESTIMENTO BRUTO</b>	<b>239,8</b>	<b>223,7</b>	<b>7,2%</b>
Baixas de ativo Imobilizado/Intangível	-30,9	-54,5	43,3%
<b>INVESTIMENTO LÍQUIDO</b>	<b>208,9</b>	<b>169,2</b>	<b>23,5%</b>

Em 2021, a Santos Brasil investiu R\$ 239,8 milhões, sendo 95,4% do total alocado nos Terminais Portuários. O Tecon Santos respondeu por R\$ 169,2 milhões do total investido, referentes às contrapartidas da prorrogação antecipada do arrendamento do terminal, com destaque para as obras de expansão, aprofundamento e adequação da infraestrutura do cais para o recebimento de navios maiores, da classe New Panamax, com 366 metros de LOA (comprimento). Em novembro/2021, a Santos Brasil inaugurou 220 metros adicionais de cais e se tornou o único terminal de contêineres da América do Sul com capacidade para operar simultaneamente três navios New Panamax. A expansão representa a adição de 400 mil TEU de capacidade, para 2,4 milhões TEU. O novo berço deverá estar apto a receber navios no 1º semestre de 2022, após a conclusão da dragagem e a obtenção das homologações e licenças necessárias. No Tecon Vila do Conde, foram investidos R\$ 14,9 milhões em edificações de apoio, compra de semirreboques, implantação de sistema de monitoramento de pílo e automação e na readequação do sistema de drenagem dos pílo para os altos níveis pluviométricos da região Norte, Capex que também se refere à renovação antecipada do terminal. No Tecon Imbituba, R\$ 1,5 milhão foi investido na manutenção de equipamentos e da infraestrutura. Em relação aos Terminais de Líquidos, foram investidos R\$ 43,0 milhões, essencialmente para o pagamento de 25% do montante total das outorgas dos ativos. O pagamento dos 75% restantes será dividido em cinco parcelas anuais, com início em 2022. Na SBlog, foram investidos R\$ 10,5 milhões em 2021, na aquisição de caminhões para ampliação da frota, em sistema de TI e em melhorias nas estruturas administrativas. No TEV, foram investidos R\$ 0,6 milhão em manutenção da infraestrutura do terminal.

### MERCADO DE CAPITAIS

#### Governança corporativa

A Santos Brasil tem o compromisso de constantemente aperfeiçoar suas práticas de Governança Corporativa e seu relacionamento com acionistas, clientes, fornecedores, órgãos públicos, funcionários(as) e com os demais envolvidos em seus negócios. Após 10 anos listada no Nível 2 da B3 - Brasil, Bolsa, Balcão, a Companhia concluiu, em agosto de 2016, a migração para o Novo Mercado, segmento com os padrões mais elevados de Governança Corporativa da B3, que resultou na extinção do acordo de acionistas que vigorava até o momento e transformando todas as ações preferenciais em ordinárias, que dão direito ao voto aos(as) acionistas, vigorando a prática one share, one vote (uma ação, um voto). Para garantir a transparência e segurança na divulgação de informações, a Companhia adota um conjunto de critérios, segundo as normas da CVM, que estabelecem regras para a publicação e manutenção de sigilo sobre informações relevantes. Atualmente, o Conselho de Administração, mais alto órgão na tomada de decisões e de Governança Corporativa da Companhia, é composto por 7 (sete) membros titulares e seus respectivos suplentes, com mandato de dois anos, permitida a reeleição, sendo que nenhum membro do Conselho integra a diretoria da Companhia. Compete ao Conselho de Administração, dentre outras atribuições, deliberar sobre quaisquer transações que envolvam empresas vinculadas aos(as) acionistas e às partes relacionadas. A estrutura de Governança Corporativa também contempla a Diretoria Estatutária, o Conselho Fiscal (permanente, independente e autônomo), modelo que permite a execução da gestão da Companhia e sua respectiva fiscalização. Além disso, a Companhia conta com Comitê de Compliance, Comitê de Sustentabilidade e Comitê de M&A. A Diretoria Estatutária exerce, segundo as estratégias e diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração, a gestão dos negócios e atualmente é composta pelo: (i) Diretor-Presidente, (ii) Diretor Econômico-Financeiro e de Relações com Investidores, (iii) Diretor Comercial e (iv) Diretor de Operações, todos eleitos pelo Conselho de Administração e com mandato de dois anos, sendo permitida a reeleição. Atualmente, o Diretor-Presidente acumula o cargo de Diretor de Operações. O Estatuto Social da Companhia veda a acumulação dos cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor(a)-Presidente, de modo que os referidos cargos não sejam exercidos pelo(a) principal executivo(a) da Companhia. Em relação ao Conselho Fiscal, é composto atualmente por 3 (três) membros titulares e seus respectivos suplentes. O Conselho possui caráter permanente, com atuação independente da Administração e dos auditores externos da Companhia, e é responsável por fiscalizar os atos dos(as) Administradores(as) e o cumprimento de seus deveres legais e estatutários, verificar a qualidade e integridade dos relatórios e informações financeiras elaboradas periodicamente pela Companhia e examinar e opinar sobre as demonstrações contábeis do exercício social. A Companhia, seus(suas) acionistas, administradores(as) e Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei nº 6.404/76, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento de Governança Corporativa Novo Mercado, do Contrato de Adoção de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Novo Mercado e do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado. O Comitê de Compliance também possui caráter permanente e é composto pela Diretoria Estatutária e pelo Diretor de Gente & Gestão. Compete ao Comitê de Compliance: (i) fiscalizar o cumprimento das diretrizes do Código de Conduta, políticas, normas e regulamentos da Santos Brasil por seus(suas) funcionários(as), consultores(as), administradores(as), consultores(as) e parceiros(as) de negócios, (ii) definir e gerir os indicadores de desempenho do Programa de Compliance, (iii) avaliar os controles internos e os riscos do negócio, adotando,

Ativos	Nota explicativa	Balancos Patrimoniais Levantados em 31 de Dezembro de 2021 e 2020			
		Controladora		Consolidado	
		31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
<b>Circulantes</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	5.a)	609.317	460.346	823.340	643.861
Aplicações financeiras	5.b)	241.296	426.598	241.296	426.598
Contas a receber	6	150.596	89.899	209.989	130.883
Estoques	7	19.711	20.570	24.391	24.293
Ativo fiscal corrente	9	18.484	828	22.249	4.588
Dividendos a receber	4.a)	13.359	6.120	-	-
Outros ativos		8.435	6.056	12.954	8.893
<b>Total dos ativos circulantes</b>		<b>1.061.197</b>	<b>1.010.417</b>	<b>1.334.219</b>	<b>1.239.116</b>
<b>Não Circulantes</b>					
Depósitos judiciais	15	310.014	295.734	318.521	304.284
Ativo fiscal diferido	24.b)	63.590	71.128	70.255	81.744
Precatórios a receber	8	24.055	21.584	6.543	5.896
Outros ativos		10	437.147	404.877	24.407
Investimentos	11	91.103	92.549	264.292	234.135
Ativo intangível	12	2.365.087	1.996.621	2.731.461	2.339.682
<b>Total dos ativos não circulantes</b>		<b>3.290.995</b>	<b>2.882.293</b>	<b>3.418.098</b>	<b>2.990.148</b>

Ativos	Nota explicativa	Balancos Patrimoniais Levantados em 31 de Dezembro de 2021 e 2020			
		Controladora		Consolidado	
		31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
<b>Circulantes</b>					
Emprestimos e financiamentos	13	20.091	40.142	25.710	45.864
Debêntures	14	38.924	2.191	44.969	7.556
Fornecedores	14	64.395	39.076	100.125	67.822
Salários e obrigações sociais	15	55.749	34.398	67.757	43.531
Impostos, taxas e contribuições	16	24.974	9.716	33.695	15.334
Imposto de renda e contribuição social a pagar		-	2.434	3.086	3.387
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar		111.140	18	111.140	18
Obrigações com poder concedente	16	153.839	96.142	165.110	104.239
Arrendamento mercantil	17	394	536	11.271	8.587
Outros passivos		46	46	47	48
<b>Total dos passivos circulantes</b>		<b>469.552</b>	<b>224.699</b>	<b>562.810</b>	<b>296.386</b>
<b>Não Circulantes</b>					
Emprestimos e financiamentos	13	-	20.000	7.397	32.955
Debêntures	14	264.573	296.185	315.259	346.819
Fornecedores	15.f)	15.021	15.021	15.021	15.021
Provisão para riscos tributários, trabalhistas e civis	15	33.715	34.352	43.223	41.708
Passivo fiscal diferido	24.b)	-	-	10.957	7.312
Passivos atuais - assistência médica complementar	26	23.430	58.197	31.416	76.494
Impostos sobre faturamento TRA	15.c)	63.991	57.836	63.991	57.836
Obrigações com poder concedente	16	1.293.357	1.087.476	1.450.656	1.217.857
Arrendamento mercantil	17	1.326	1.734	57.816	33.770
Outros passivos		-	-	6.543	5.896
<b>Total dos passivos não circulantes</b>		<b>1.695.413</b>	<b>1.570.801</b>	<b>2.002.279</b>	<b>1.835.668</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>					
Capital social	18.a)	1.873.906	1.871.895	1.873.906	1.871.895
Reserva de capital	18.b)	62.655	58.170	62.655	58.170
Reserva de lucros	18.c)	207.683	192.548	207.683	192.548
Dividendos adicionais propostos	18.d)	33.958	-	33.958	-
Ajuste de avaliação patrimonial	18.e)	9.026	(25.403)	9.026	(25.403)
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>2.187.228</b>	<b>2.097.210</b>	<b>2.187.228</b>	<b>2.097.210</b>
<b>Total dos Passivos e do Patrimônio Líquido</b>		<b>4.352.193</b>	<b>3.892.710</b>	<b>4.752.317</b>	<b>4.229.264</b>

Ativos	Nota explicativa	Balancos Patrimoniais Levantados em 31 de Dezembro de 2021 e 2020			
		Controladora		Consolidado	
		31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
<b>Saldos Representados em 31 de Dezembro de 2019</b>					
Aumento de Capital Social - RCA 24/09/20		789.988	-	-	-
Custo na emissão de novas ações		-	-	-	-
Dividendos pagos		-	-	-	-
Prejuízo líquido do exercício		-	-	-	-
Passivo atuarial - despesas médicas - Companhia e controladas		26	-	-	-
Plano de opção de compra de ações/Plano de incentivo atrelado a ações		23	-	-	-
Opção exercida		23	-	-	-
Destinação do resultado:					
Reserva legal	18.c)	-	-	-	-
Dividendos intermediários	18.d)	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio creditados	18.d)	-	-	-	-
Dividendos intermediários	18.d)	-	-	-	-
Reserva para investimento e expansão	18.d)	-	-	-	-
Resultado na alienação de ações em tesouraria	18.c)	-	(1.760)	-	(1.760)
Custos na recompra de ações		-	-	-	-
Absorção do prejuízo		-	-	-	-
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2020</b>		<b>1.871.895</b>	<b>67.603</b>	<b>(9.433)</b>	<b>55.364</b>
Dividendos pagos		-	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-
Passivo atuarial - despesas médicas - Companhia e controladas		26	-	-	-
Plano de opção de compra de ações/Plano de incentivo atrelado a ações		23	-	-	-
Opção exercida		23	-	-	-
Destinação do resultado:					
Reserva legal	18.c)	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio creditados	18.d)	-	-	-	-
Dividendos intermediários	18.d)	-	-	-	-
Dividendo adicional proposto	18.d)	-	-	-	-
Resultado na alienação de ações em tesouraria	18.c)	-	(37)	-	(37)
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2021</b>		<b>1.873.906</b>	<b>72.125</b>	<b>(9.470)</b>	<b>68.951</b>

Ativos	Nota explicativa	Balancos Patrimoniais Levantados em 31 de Dezembro de 2021 e 2020			
		Controladora		Consolidado	
		31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
<b>Saldos Representados em 31 de Dezembro de 2019</b>					
Aumento de Capital Social - RCA 24/09/20		789.988	-	-	-
Custo na emissão de novas ações		-	-	-	-
Dividendos pagos		-	-	-	-
Prejuízo líquido do exercício		-	-	-	-
Passivo atuarial - despesas médicas - Companhia e controladas		26	-	-	-
Plano de opção de compra de ações/Plano de incentivo atrelado a ações		23	-	-	-
Opção exercida		23	-	-	-
Destinação do resultado:					
Reserva legal	18.c)	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio creditados	18.d)	-	-	-	-
Dividendos intermediários	18.d)	-	-	-	-
Dividendo adicional proposto	18.d)	-	-	-	-
Resultado na alienação de ações em tesouraria	18.c)	-	(1.760)	-	(1.760)
Custos na recompra de ações		-	-	-	-
Absorção do prejuízo		-	-	-	-
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2020</b>		<b>1.871.895</b>	<b>67.603</b>	<b>(9.433)</b>	<b>55.364</b>
Dividendos pagos		-	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-
Passivo atuarial - despesas médicas - Companhia e controladas		26	-	-	-
Plano de opção de compra de ações/Plano de incentivo atrelado a ações		23	-	-	-
Opção exercida		23	-	-	-
Destinação do resultado:					
Reserva legal	18.c)	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio creditados	18.d)	-	-	-	-
Dividendos intermediários	18.d)	-	-	-	-
Dividendo adicional proposto	18.d)	-	-	-	-
Resultado na alienação de ações em tesouraria	18.c)	-	(37)	-	(37)
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2021</b>		<b>1.873.906</b>	<b>72.125</b>	<b>(9.470)</b>	<b>68.951</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

### SANTOS BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS - CNPJ/MF nº 02.762.121/0001-04

#### Relatório da Administração

sempre que necessário, medidas de aprimoramento do Programa de Compliance, das políticas, normas e regulamentos da Companhia, dentre outras ações necessárias. (iv) analisar e deliberar sobre as denúncias recebidas por meio do Portal Confidencial, bem como sobre alterações ou melhorias procedimentais relativas às reclamações e sugestões recebidas pelo Portal Confidencial, (v) deliberar sobre potenciais questões envolvendo conflito de interesses, brindes, presentes, entretenimento e hospitalidade, interações com agentes públicos, bem como qualquer outro tema afim, (vi) informar o Conselho de Administração sobre as atividades do Comitê e do Programa de Compliance, sempre que necessário ou relevante para o cumprimento de sua finalidade, (vii) revisar e aprovar normativas, quando aplicáveis e (viii) analisar os casos omissos. O Comitê de Sustentabilidade é presidido pelo Diretor-Presidente da Companhia e é composto por uma equipe multidisciplinar. O Comitê tem como principais atribuições a validação de estratégias e o desenvolvimento do Relatório de Sustentabilidade, além de acompanhar indicadores definidos e apoiar a aplicação da Política de Sustentabilidade em todas as unidades de negócio.

#### Melhores Práticas

Além de signatária do Pacto

←continuação

**Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020**

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
<b>Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais</b>				
Lucro/(Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	332.290	(30.344)	359.684	(17.663)
Ajustes para reconciliar o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa e equivalentes de caixa gerados pelas atividades operacionais:				
Variações monetárias e cambiais	-	-	5.981	8.590
Depreciações e amortizações	139.829	109.630	187.227	152.363
Constituição de provisão para contingências	17.730	20.912	22.232	22.876
Provisão para perdas de créditos esperadas e perdas de créditos incobráveis	(22.575)	(14.787)	(23.502)	(14.450)
Equivalência patrimonial	(56.126)	(23.590)	-	-
Plano de opção de compra de ações/ <i>performance share/matching</i>	5.249	1.404	5.249	1.404
Bônus e resultado na venda de ativos permanentes	945	1.774	398	(359)
Assistência médica complementar	5.239	5.001	7.087	7.265
Juros sobre debêntures	4.314	8.217	6.991	10.876
Juros sobre empréstimos apropriados	715	2.150	1.420	3.054
Juros sobre aplicações financeiras	(16.171)	(1.092)	(16.171)	(1.092)
Juros sobre arrendamento mercantil	111	13	4.724	2.400
Juros sobre obrigações com poder concedente	46.508	48.026	51.730	53.435
	503.208	156.886	660.054	257.599
(Aumento) redução nos ativos operacionais:				
Contas a receber	(83.272)	(23.334)	(102.608)	(24.901)
Estoque	859	(1.414)	(98)	(1.522)
Ativo fiscal corrente	(17.656)	2.618	(17.661)	2.988
Depósitos judiciais	(14.286)	(2.963)	(14.237)	(19.862)
Outros ativos	(4,949)	8,060	(7,327)	9,545
Aumento (redução) nos passivos operacionais:				
Fornecedores	25.319	3.690	32.303	6.988
Salários e obrigações sociais	21.351	8.321	24.226	8.690
Impostos, taxas e contribuições	6.955	2.139	10.058	2.682
Contas a pagar	-	-	647	289
Impostos sobre faturamento TRA	6.155	4.264	6.155	4.264
Outros passivos	-	-	(1)	1
	443.790	140.266	591.511	246.640

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020**

**1. Contexto Operacional**

A Santos Brasil Participações S.A. ("Companhia"), domiciliada no Brasil, com sede em São Paulo, tem por objetivo a participação, como sócia ou acionista, no capital de outras sociedades, brasileiras ou estrangeiras, e em consórcios, bem como a exploração comercial de instalações portuárias e retrorportuárias e de soluções logísticas integradas, com a movimentação de contêineres e afins, que são efetuadas pelas filiais operacionais: Tecon Santos e Tecon Imbituba e Saboá. **a) Contexto operacional da Companhia:** A filial operacional Tecon Santos tem por objeto a exploração comercial da instalação portuária do Terminal de Contêineres do Porto de Santos - Tecon 1, sob contrato de arrendamento com vigência de novembro de 1997 a novembro de 2022, por meio de operações com contêineres e afins, que envolvem a recuperação das instalações existentes e sua atualização tecnológica e gerencial, bem como a expansão das referidas instalações mediante a realização de melhorias, observando as normas legais e contratuais do respectivo porto e da União, nos termos do Edital PND/MT/COESP nº 01/87. Em 30 de setembro de 2015, foi celebrado o Quinto Termo de Retificação, Ratificação e Aditamento ao Contrato de Arrendamento PRES/89.97 de 28 de novembro de 1997, referente à filial operacional Tecon Santos, entre a União Federal, por meio da Secretaria de Portos da Presidência da República, e a Companhia, com a intervenção da ANTAQ e da Santos Port Authority - SPA. O Quinto Aditamento prorroga, de forma antecipada, o prazo de vigência do contrato de arrendamento até 28 de novembro de 2047. A filial operacional Tecon Imbituba tem por objeto a exploração comercial da instalação portuária do Terminal de Contêineres do Porto de Imbituba, sob contrato de arrendamento com vigência de abril de 2008 a abril de 2033, por meio de operações com contêineres e afins, que envolvem a recuperação das instalações existentes e sua atualização tecnológica e gerencial, bem como a expansão das referidas instalações mediante a realização de melhorias, observando as normas legais e contratuais do respectivo porto e da União, nos termos do Edital 2 da Concomercância nº 01/07 - Administração do porto. Essa filial também incorpora as operações do Terminal de Carga Geral do Porto de Imbituba ("TCS Imbituba"), sob contrato de arrendamento e seu aditivo nº 1 com vigência de 1º de junho de 2022, por meio de operação, conservação, melhoria e ampliação das suas instalações aflandegadas de pátios e armazém e com atracação preferencial em berço contíguo aos berços da Tecon Imbituba. As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações da Companhia e das seguintes controladas integrais:

Controladas diretas:	Participação - %	
	31.12.2021	31.12.2020
Numeral 80 Participações S.A. ("Numeral 80") *	100	100
Pará Empreendimentos Financeiros S.A. ("Pará Empreendimentos") **	100	100
Santos Brasil Logística S.A. ("Santos Brasil Logística") *	100	100
Terminal Portuário de Veículos S.A. ("TPV") *	100	100
Terminal de Veículos de Santos S.A. ("Terminal de Veículos/TEV") *	100	100

Controlada indireta:

Convicon Contêineres de Vila do Conde S.A. ("Tecon Vila do Conde") *	100	100
--	-----	-----

\*\* Companhias dormentes;

\*\* Holding

**b) Contexto operacional da controlada Santos Brasil Logística S.A. ("Santos Brasil Logística"):** A controlada Santos Brasil Logística, tem por objeto a exploração comercial da prestação de serviços de logística integrada e de desenvolvimento de soluções logísticas customizadas e seus serviços correlatos. Opera com contêineres e cargas soltas na importação e exportação e está autorizada a receber cargas em diversos regimes aduaneiros, especialmente em regime de entreposto aduaneiro em seus dois Centros Logísticos Industriais Aflandegados - CLIA's. Para as cargas nacionais e nacionalizadas, opera seus dois Centros de Distribuição - CDs localizados em São Bernardo do Campo. **c) Contexto operacional da controlada Terminal de Veículos de Santos S.A. ("Terminal de Veículos/TEV"):** Em janeiro de 2010, a controlada Terminal de Veículos/TEV, por meio de sua filial no município do Guarujá, assumiu as operações do Terminal de Exportação de Veículos - TEV, sob contrato de arrendamento com vigência até janeiro de 2035, tendo como objeto a administração, a operação e os investimentos nas instalações portuárias, visando à regularização da armazenagem de veículos, relativos à exportação, importação e cabotagem, nos termos do contrato de arrendamento celebrado naquela data. Existe a possibilidade de ampliação de áreas contíguas ao Terminal de Veículos/TEV, já prevista no contrato de arrendamento, contemplando aproximadamente 27.500 m<sup>2</sup>, mediante a solicitação e aprovação da Administração do porto. **d) Contexto operacional da controlada Convicon Contêineres de Vila do Conde S.A. ("Tecon Vila do Conde"):** A controlada indireta Tecon Vila do Conde tem por objeto a exploração comercial da instalação portuária do Terminal de Contêineres de Vila do Conde, no município de Barcarena no Estado do Pará, desde maio de 2005 até setembro de 2018, quando assumiu o arrendamento do Terminal, conforme Aditivo nº 2 do contrato nº 14/03, que, até então, era arrendado pela Transnav Ltda., desde setembro de 2003, por meio de implantação e exploração de pátio para movimentação e armazenagem de contêineres, veículos e afins, que envolvem a sua atualização tecnológica e gerencial, bem como a expansão das referidas instalações mediante a realização de melhorias, outras de direito de passagem na ponte de acesso aos píeres e utilização especial do berço de uso público 301, observando as normas legais e contratuais do respectivo porto e da União. Em 16 de novembro de 2017, foi publicado no Diário Oficial da União - DOU o edital nº 8º Termo Aditivo ao Contrato de Arrendamento nº 14/2003, firmado entre o Tecon Vila do Conde e a União Federal, por intermédio do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil ("MT/PAVC"), com a intervenção da Agência Nacional de Transportes Aquaviários ("ANTAQ") e da Companhia Docas do Pará ("CDP"), cujo objeto foi a prorrogação antecipada do referido arrendamento portuário até 18 de setembro de 2033.

**Contratos de Transição da Companhia Saboá área 42.000 m<sup>2</sup>:** Em 19 de novembro de 2019, a Companhia comunicou aos acionistas e ao mercado que no âmbito do Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 01/2019 para explorar provisoriamente três áreas no cais do Saboá, na margem direita do Porto de Santos - a sua oferta final pela Área 2 foi considerada a mais vantajosa para o Porto de Santos e, portanto, a melhor classificada. Em 15 de maio de 2020, foi celebrado o Contrato de Transição DIPRE-DINEG/09/2020 entre a Autoridade Portuária de Santos S.A. - Santos Port Authority - SPA e a Companhia, que tem como objeto o arrendamento para exploração transitória de uma área de 42.000 m<sup>2</sup>, pelo prazo de 180 dias, para movimentação de carga geral, reforçando a sua participação no Porto de Santos e a ampliação dos serviços ofertados à sua base atual e potencial de clientes, também na margem direita do porto. Em 11 de novembro de 2020, foi celebrado novo Contrato de Transição DIPRE-DINEG/20/2020, pelo prazo de mais 180 dias, contados a partir de 12 de novembro de 2020. Em 10 de maio de 2021, foi celebrado novo Contrato de Transição DIPRE-DINEG/12/2021, pelo prazo de mais 180 dias, contados a partir de 11 de maio de 2021. Em 05 de novembro de 2021, foi celebrado novo Contrato de Transição DIPRE-DINEG/25/2021, pelo prazo de mais 180 dias, contados a partir de 07 de novembro de 2021, conforme notas explicativas nº 12 e 16. **Saboá área 64.412 m<sup>2</sup>:** Em 18 de janeiro de 2021, a oferta da Companhia para explorar provisoriamente uma área de 64.412 m<sup>2</sup> no cais do Saboá, na margem direita do Porto de Santos foi considerada a mais vantajosa para o Porto de Santos e, portanto, a melhor classificada. Em 13 de maio de 2021, a Companhia celebrou com a Santos Port Authority - SPA o Contrato de Transição DIPRE/DINEG/11/2021, para exploração transitória, pelo prazo de 180 dias, onde a Companhia movimentará contêineres vazios, além de carga geral de projeto, reforçando a sua presença no Porto de Santos e a ampliação dos serviços ofertados à sua base atual e potencial de clientes na margem direita do Porto de Santos. Em 05 de novembro de 2021, foi celebrado novo Contrato de Transição DIPRE-DINEG/25/2021, pelo prazo de mais 180 dias, contados a partir de 08 de novembro de 2021, conforme notas explicativas nº 12 e 16.

**16. Compromissos assumidos nos contratos:** **i. Compromissos principais decorrentes do contrato de exploração do Tecon 1 com a Santos Port Authority - SPA, anteriormente denominada CODESP.** A filial operacional Tecon Santos, além do desembolso inicial na época do leilão, assumiu compromisso referente ao lance no montante de R\$74.312, decomposto em parcelas mensais e trimestrais de aluguel pela exploração da área durante o período do contrato (25 anos, renovável por igual período, conforme contrato inicial), corrigidas anualmente pelo Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M. Também efetua pagamentos mensais por serviços prestados pela Santos Port Authority - SPA com base em tabelas específicas estabelecidas pelas autoridades portuárias. Existe o compromisso de Movimentação Mínima Contratual - MMC de embarques e desembarques nas operações dos navios. O não cumprimento das condições estipuladas na MMC, ou de qualquer outra cláusula contratual, está sujeito à multa de até 2% do somatório das parcelas mensais e trimestrais devidas nos 12 meses que antecedem o inadimplemento. Em razão do Quinto Aditamento ao contrato original, a Companhia assumiu o compromisso de investir, o montante de R\$1.276.859 em obras e demais intervenções para garantir a consolidação de um terminal que alcance a capacidade dinâmica mínima de 1.500.000 contêineres por ano. O projeto executivo referente aos investimentos aprovados foi protocolado na Secretaria Especial de Portos - SEP em 29 de setembro de 2016. Caso o valor investido seja inferior ao comprometido, a diferença deverá ser paga em parcela única à Santos Port Authority - SPA. Será incorporada ao contrato de arrendamento da filial operacional Tecon Santos a área de 13.346 m<sup>2</sup>, mediante a conclusão da extensão de 220 m<sup>2</sup> do cais público. Esse aditamento alterou o compromisso de Movimentação Mínima Contratual - MMC, a partir de 1º de outubro de 2015, que prevê a obrigação de efetuar pagamentos de valores caso não seja atingida ou exceda a MMC, conforme nota explicativa nº 16. A partir do final do ano de 2020 ou da conclusão dos investimentos previstos a MMC passará de 513.000 contêineres por ano para 590.000 contêineres por ano. As instalações em exploração e os bens de propriedade da Santos Port Authority - SPA, em utilização pela filial, devem ser mantidos em perfeitas condições de uso. Todas as melhorias efetuadas nessas instalações, tais como qualquer equipamento e software, sistema informatizado e computadores, sistemas de comunicação e segurança e sistemas de controle da área do porto, necessários às operações de contêineres, serão revertidos a favor da Santos Port Authority - SPA após o término ou a extinção do contrato. Em 05 de novembro de 2019, realizou-se a 466ª Reunião Ordinária da Diretoria da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, onde deliberaram sobre o pedido de revisão do cronograma de investimentos referente ao Quinto Aditamento. A ANTAQ manifestou-se favoravelmente à revisão do cronograma de investimentos, e o processo foi remetido ao Ministério da Infraestrutura para decisão, elaboração e assinatura do competente Termo Aditivo. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia celebrou com a União ("Poder Concedente"), por intermédio da SNTPA - Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários do Ministério da Infraestrutura, o Sétimo Termo Aditivo ("Sétimo Termo Aditivo") ao Contrato de Arrendamento do Tecon Santos ("Contrato de Arrendamento"), que estabelece um novo cronograma de investimentos ao Contrato de Arrendamento, passando o prazo final do arrendamento relacionado à prorrogação antecipada do Contrato de Arrendamento para 31 de dezembro de 2020 para 31 de dezembro de 2021 e investimento mínimo de R\$360.000 até o final de 2022, dos quais a Companhia já executou aproximadamente R\$458.524 (R\$161.169 em 31 de dezembro de 2020). **ii. Compromissos principais decorrentes do contrato de exploração da Tecon Imbituba com a SCPAR Porto de Imbituba S.A. - SCPAR, sucessora da Companhia Docas de Imbituba - CDI:** A filial operacional Tecon Imbituba, compoem a parcela fixa do arrendamento, tem o compromisso de pagamento mensal pelo uso da área total arrendada, conforme nota explicativa nº 16. O compromisso de investimentos mínimos contempla obras de ampliação da retróarea, bem como construção de área administrativa, *gates* e armazém, obras de reforço e contenção de berço e expansão desse berço em mais 120 metros. Inclui, também, a aquisição de equipamentos para o cais e a retroárea compatíveis com as instalações, ou seja, guindastes móveis de cais ("Mobile Harbour Crane - MHC"), *reach stackers*, caminhões com rebocques e empilhadeiras. Novos equipamentos de cais e retroárea devem ser comprados no decorrer dos anos, para repor os existentes e aumentar a capacidade de movimentação do Terminal. Composto a parcela variável do arrendamento relacionada à manutenção mensal do equipamento de atracação e manutenção de nota explicativa nº 16. Existe, também, o compromisso de movimentação mínima pelo Terminal de 65.000 contêineres no primeiro ano de atividade, 150.000 contêineres no segundo ano de atividade, 280.000 contêineres no terceiro ano de atividade e 360.000 contêineres a partir do quarto ano de atividade. O não cumprimento dessa movimentação mínima implica o pagamento de valor complementar, conforme nota explicativa nº 16. Padrões operacionais foram estabelecidos de modo que a Tecon Imbituba deve realizar, no mínimo, 6 movimentos por hora por termo, quando utilizado recurso de bordo, e, no mínimo, 15 movimentos por hora por termo, quando utilizado MMC. Em 1º de julho de 2016, a Companhia protocolou, o pedido de recomposição de equilíbrio econômico financeiro do contrato de arrendamento do Tecon Imbituba, no Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, o pedido da Companhia tramitou no atual Ministério de Infraestrutura, que substituiu a figura do Ministério dos Transportes. A Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ foi oficiada, em 07 de abril de 2017, para examinar o pedido de suspensão da obrigação de pagamento da Movimentação Mínima Contratual - MMC, até que o mérito do pleito de equilíbrio econômico-financeiro fosse concluído. A ANTAQ instruiu o processo administrativo e a área técnica da Agência (Gerência de Portos Organizados) concluiu que o pedido de readequação da MMC deveria ser deferido à Companhia. Todavia, antes de qualquer decisão pela Diretoria da ANTAQ, o Ministério de Infraestrutura proferiu o Despacho Decisório nº 2/2019/SNTPA, em 08 de agosto de 2019, concluindo pelo indeferimento do pedido de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro. Posteriormente, a ANTAQ emitiu o Acórdão nº 92, de 29 de outubro de 2019. Na decisão colegiada, o relator do caso votou pela revisão da obrigação de pagamento de MMC, nos termos do Parecer da Área Técnica da Agência, entretanto os demais diretores presentes decidiram pelo arquivamento dos autos, sem julgamento de mérito, alegando a perda de seu objeto decorrente do Despacho Decisório nº 2/2019/SNTPA - acórdão mencionado. Em 28 de

**SANTOS BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS - CNPJ/MF nº 02.762.121/0001-04**

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

**Demonstrações do Valor Adicionado para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020**

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
<b>Receitas (Despesas)</b>				
Custo dos produtos, das mercadorias e Vendas de mercadorias, produtos e serviços	1.163.802	622.854	1.740.077	1.066.539
Outras receitas	9.259	24.363	14.086	29.763
Provisão para perdas de créditos esperadas e perdas de créditos incobráveis	(22.575)	(14.787)	(23.502)	(14.450)
	1.150.486	632.430	1.730.661	1.081.852
<b>Insusos Adquiridos de Terceiros</b>				
Custo dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(118.031)	(75.588)	(219.149)	(150.107)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(151.404)	(108.061)	(301.810)	(226.336)
Outros	(2.460)	(1.870)	(3.185)	(2.768)
	(271.895)	(185.519)	(524.144)	(379.211)
<b>Valor Adicionado Bruto</b>	878.591	446.911	1.206.517	702.641
<b>Depreciações, Amortizações e Exaustão</b>	(139.829)	(109.630)	(187.227)	(152.363)
<b>Valor Adicionado Líquido Produzido pela Companhia</b>	738.762	337.281	1.019.290	550.278
<b>Valor Adicionado Recebido em Transferência</b>				
Equivalência patrimonial	56.126	23.590	-	-
Receitas financeiras	50.283	6.636	61.431	11.445
	106.409	30.226	61.431	11.445
Distribuição do Total Adicionado	845.171	367.507	1.080.721	561.723
Personal:				
Remuneração direta	229.378	174.461	293.304	232.540
Benefícios	53.525	45.735	76.063	70.332
FGTS	12.008	10.491	18.944	14.404
	294.911	230.687	388.311	317.276
Impostos, taxas e contribuições:				
Federais	156.950	47.756	236.732	104.259
Estaduais	50	54	5.100	5.690
Municipais	59.161	31.768	85.761	51.426
	216.161	79.578	329.593	161.375
Remuneração de capital de terceiros:				
Juros	56.587	67.367	78.500	88.639
Aluguéis	5.780	9.636	12.585	8.194
	62.367	77.003	91.085	96.833
Remuneração de capital próprio:				
Juros sobre o capital próprio	97.423	-	97.423	-
Dividendos	126.764	-	126.764	-
Lucros adicionais propostos	33.958	-	33.958	-
Rendidos	13.587	(13.761)	13.587	(13.761)
	271.732	(13.761)	271.732	(13.761)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle, até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis das controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia. Nas demonstrações financeiras, individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Para cálculo de equivalência patrimonial e consolidação são utilizadas as informações contábeis das controladas na mesma data-base de apresentação das demonstrações financeiras. **Investimentos em entidades controlizadas pelo método de equivalência patrimonial:** Os investimentos da Companhia em sociedades controlizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em controladas. **Transações eliminadas na consolidação:** Saldos e transações entre a Companhia e suas controladas, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações entre estas empresas, são eliminadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

**b) Moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia e suas controladas pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras nas datas de apresentação das demonstrações financeiras são reconhecidas para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquelas datas. O ganho ou a perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no fim do exercício de apresentação. **c) Receita operacional:** A receita de serviços é reconhecida no resultado em função da respectiva prestação e está relacionada, principalmente, a operações de cais, armazenagem aflandegada e operações logísticas. As operações de cais referem-se, basicamente, ao embarque e desembarque de contêineres dos navios e são reconhecidas no resultado em virtude da conclusão das operações de cada navio. A armazenagem aflandegada está relacionada à armazenagem de carga de importação ou de exportação. A receita de armazenagem é reconhecida no resultado no momento do desembarque aduaneiro e da retirada da carga importada pelo importador ou do embarque no navio da carga exportada. As operações logísticas são relevantes, principalmente, ao transporte e à armazenagem nos centros de distribuição. A receita de armazenagem é reconhecida no resultado, quinzenalmente ou mensalmente, de acordo com o contrato do instrumento financeiro e a receita de frete e operações logísticas é reconhecida no resultado. **d) Instrumentos financeiros e de patrimônio: Reconhecimento e mensuração inicial:** As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que sejam contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado - VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. As contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento são mensuradas inicialmente ao preço da operação. **Classificação e mensuração subsequente:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes - VJORA (instrumento de dívida); ou a VJORA (instrumento patrimonial); ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e suas controladas mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial, o qual não seja mantido para negociação, a Companhia e suas controladas podem optar por reconhecer inicialmente por aproximação o valor justo do investimento em instrumentos de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial, o qual não seja mantido para negociação, a Companhia e suas controladas podem optar por reconhecer inicialmente por aproximação o valor justo do investimento em instrumentos de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial, o qual não seja mantido para negociação, a Companhia e suas controladas podem optar por reconhecer inicialmente por aproximação o valor justo do investimento em instrumentos de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial, o qual não seja mantido para negociação, a Companhia e suas controladas podem optar por reconhecer inicialmente por aproximação o valor justo do investimento em instrumentos de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial, o qual não seja mantido para negociação, a Companhia e suas controladas podem optar por reconhecer inicialmente por aproximação o valor justo do investimento em instrumentos de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

**b) Movimentação dos saldos - a partir de 31 de dezembro de 2020**

	Terminal Pará Empreendimentos Santos Brasil		Terminal de Veículos de Santos S.A.		Total
	Numeral 80 Participações S.A.	Portuário de Veículos S.A.	Financeiros S.A. (Consolidado)	Logística S.A.	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	174	42	109.006	132.750	162.705
Aporte de capital	-	40	-	-	40
Equivalência patrimonial	(92)	(33)	26.383	12.419	17.449
Dividendo complementar conforme AGO de 30 de abril de 2021 (*)	-	-	(17.078)	-	(1.284)
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	(6.206)	(2.949)	(4.144)
Passivo atuarial	-	-	1.312	6.637	79.925
Saldo em 31 de dezembro de 2021	82	49	113.355	148.857	174.802

**c) Movimentação dos saldos - a partir de 31 de dezembro de 2019**

	Terminal Pará Empreendimentos Santos Brasil		Terminal de Veículos de Santos S.A.		Total
	Numeral 80 Participações S.A.	Portuário de Veículos S.A.	Financeiros S.A. (Consolidado)	Logística S.A.	
Saldo em 31 de dezembro de 2019	207	34	94.206	135.749	168.264
Aporte de capital	100	30	-	-	130
Equivalência patrimonial	(133)	(22)	23.969	(2.026)	1.802
Dividendo complementar conforme AGO de 30 de abril de 2020 (*)	-	-	(3.966)	-	(6.931)
Dividendos propostos (*)	-	-	(5.692)	-	(428)
Passivo atuarial	-	-	490	(973)	(2)
Outras	-	-	(1)	-	(1)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	174	42	109.006	132.750	162.705

**d) Informações das controladas - posição em 31 de dezembro de 2021**

	Terminal Pará Empreendimentos Santos Brasil		Santos Brasil		Terminal de Veículos de Santos S.A.		Total
	Numeral 80 Participações S.A. (a)	Portuário de Veículos S.A. (a)	Financeiros S.A. (Consolidado)	Logística S.A.	Santos S.A.	Veículos de Santos S.A.	
Capital social	1.430	530	84.484	126.374	-	-	128.751
Quantidade de ações possuídas:							
Ordinárias	986.986	530.000	84.484.349	115.935.256	-	-	204.269.217
Preferenciais	443.014	-	-	115.935.255	-	-	-
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	(92)	(33)	26.383	12.419	17.449	-	17.449
Patrimônio líquido	82	49	113.357	148.857	174.802	-	174.802
Participação no capital social - %	100	100	100	100	100	-	100
Participação no patrimônio líquido	82	49	113.357	148.857	174.802	-	174.802
Ativo circulante	78	52	128.537	86.432	74.088	-	249.214
Ativo não circulante	7	-	113.967	201.062	249.214	-	249.214
Total do ativo	85	52	242.504	287.494	323.302	-	323.302
Passivo circulante	3	3	38.305	51.297	19.816	-	105.411
Passivo não circulante	-	-	90.842	87.340	128.684	-	206.866
Total do passivo	3	3	129.147	138.637	148.500	-	270.730
Receita líquida	-	-	129.961	299.080	75.385	-	304.426
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	(92)	(33)	26.383	12.419	17.449	-	17.449

**11. Imobilizado**

	Controladora										Total
	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Equipamentos de movimentação de carga	Imóveis em andamento	Máquinas, equipamentos e acessórios	Instalações, móveis e utensílios	Veículos	Imóveis Aluguéis	Direito de uso - Outros itens	Outros itens	Total	
Taxa média de depreciação (% a.a.)	9,2	9,6	-	20	-	10	20	1,7	6	10	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	80	11.287	25.411	1.811	39.943	5.647	1.292	497	1.860	-	96
Movimentações											
Aquisições/transfêrências	-	15.518	(15.798)	11.808	-	-	98	-	-	2.412	-
Baixas	-	(106)	-	(1)	-	-	-	-	-	-	(107)
Reclassificações (**)	-	-	(2.182)	-	-	-	-	-	-	-	(2.182)
Depreciações	(30)	(2.444)	-	(2.023)	-	(1.885)	(416)	(119)	(35)	(147)	(25)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	50	24.255	7.431	11.595	39.943	3.762	974	378	1.825	2.265	71
Saldo em 31 de dezembro de 2020	4.092	71.625	7.431	49.611	39.943	27.115	9.604	1.988	1.954	2.412	347
Depreciação acumulada	(4.042)	(47.370)	-	(38.016)	-	(23.353)	(8.630)	(1.610)	(129)	(147)	(276)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	50	24.255	7.431	11.595	39.943	3.762	974	378	1.825	2.265	71
Taxa média de depreciação (% a.a.)	4	9,6	-	20	-	10	20	1,7	13	10	
Saldo em 31 de dezembro de 2021	50	24.255	7.431	11.595	39.943	3.762	974	378	1.825	2.265	71
Movimentações											
Aquisições/transfêrências	1.541	570	7.078	854	-	391	1.192	-	-	44	-
Baixas	-	(47)	-	-	-	-	-	-	-	(104)	-
Reclassificações (**)	-	-	(3.842)	-	-	-	-	-	-	-	(3.842)
Depreciações	(30)	(3.347)	-	(2.849)	-	(1.832)	(372)	(105)	(32)	(532)	(24)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.561	21.431	10.667	9.600	39.943	2.321	1.794	273	1.793	1.673	47
Saldo em 31 de dezembro de 2020	3.977	70.948	10.667	50.454	39.943	27.507	10.791	1.707	1.955	2.091	347
Depreciação acumulada	(2.416)	(49.517)	-	(40.854)	-	(25.186)	(8.997)	(1.434)	(162)	(418)	(300)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.561	21.431	10.667	9.600	39.943	2.321	1.794	273	1.793	1.673	47

(\*) O valor de adições na rubrica "Imobilizações em andamento" está líquido das transferências efetuadas quando da entrada de bens em operação para os grupos que os representam. (\*\*) Reclassificações, principalmente, para o intangível.

**12. Intangível**

	Controladora										Total
	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Equipamentos de movimentação de carga	Imóveis em andamento	Máquinas, equipamentos e acessórios	Instalações, móveis e utensílios	Veículos	Imóveis Aluguéis	Direito de uso - Outros itens	Outros itens	Total	
Taxa média de amortização (% a.a.)	9,2	9,6	-	20	-	10	20	1,7	6	10	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	80	11.287	25.411	1.811	39.943	5.647	1.292	497	1.860	-	96
Movimentações											
Aquisições/transfêrências	-	15.518	(15.798)	11.808	-	-	98	-	-	2.412	-
Baixas	-	(106)	-	(1)	-	-	-	-	-	-	(107)
Reclassificações (**)	-	-	(2.182)	-	-	-	-	-	-	-	(2.182)
Depreciações	(30)	(2.444)	-	(2.023)	-	(1.885)	(416)	(119)	(35)	(147)	(25)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	50	24.255	7.431	11.595	39.943	3.762	974	378	1.825	2.265	71
Saldo em 31 de dezembro de 2020	4.092	71.625	7.431	49.611	39.943	27.115	9.604	1.988	1.954	2.412	347
Depreciação acumulada	(4.042)	(47.370)	-	(38.016)	-	(23.353)	(8.630)	(1.610)	(129)	(147)	(276)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	50	24.255	7.431	11.595	39.943	3.762	974	378	1.825	2.265	71
Taxa média de amortização (% a.a.)	4	9,6	-	20	-	10	20	1,7	13	10	
Saldo em 31 de dezembro de 2021	50	24.255	7.431	11.595	39.943	3.762	974	378	1.825	2.265	71
Movimentações											
Aquisições/transfêrências	1.541	570	7.078	854	-	391	1.192	-	-	44	-
Baixas	-	(47)	-	-	-	-	-	-	-	(104)	-
Reclassificações (*)	-	-	(3.842)	-	-	-	-	-	-	-	(3.842)
Amortizações	(45.596)	(48.669)	(935)	(3.052)	-	(4.940)	(15.985)	(2.484)	(172)	(828)	(770)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.561	21.431	10.667	9.600	39.943	2.321	1.794	273	1.793	1.673	47
Saldo em 31 de dezembro de 2020	3.977	70.948	10.667	50.454	39.943	27.507	10.791	1.707	1.955	2.091	347
Depreciação acumulada	(2.416)	(49.517)	-	(40.854)	-	(25.186)	(8.997)	(1.434)	(162)	(418)	(300)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.561	21.431	10.667	9.600	39.943	2.321	1.794	273	1.793	1.673	47

(\*) O valor de adições na rubrica "Imobilizações em andamento" está líquido das transferências efetuadas quando da entrada de bens em operação para os grupos que os representam. (\*\*) Reclassificações, principalmente, para o intangível.

**13. Empréstimos e Financiamentos**

	Controladora				Consolidado			
	Juros	Atualizações	Amortização	Moeda da Transação	Juros	Atualizações	Amortização	Moeda da Transação
Moeda nacional:								
FINAME	TJLP + 5,50% a.a.	URTLJP	Mensal	-	38	R\$		
NCE (a)	2,75% a.a.	CDI	Semestral	20.091	60.104	R\$		
Total				20.091	60.142			
(-) Circulante				(20.091)	(40.142)			
Não circulante				-	20.000			
Moeda nacional:								
FINAME	TJLP + 5,50% a.a.	URTLJP	Mensal	-	38	R\$		
FINAME	TLP + 4,60% a.a.	UMSELIC	Mensal	788	1.404	R\$		
NCE (a)	2,75% a.a.	CDI	Semestral	20.091	60.104	R\$		
Total				20.879	61.546			
Moeda estrangeira:								
FINIMP (*)	EURIBOR + 3,02% a.a.	Variação cambial	Semestral	12.228	17.273	€		
Total				12.228	17.273			
(-) Circulante				(35.107)	(78.819)			
Não circulante				(23.770)	(45.864)			
Total				(20.091)	(40.142)			

**14. Debêntures**

	Controladora			Consolidado		
	Juros	Atualizações	Amortização	Juros	Atualizações	Amortização
Debêntures	0,70% a 1,00% a.a.	CDI	Annual	303.497	298.376	298.376
(-) Circulante				(38.924)	(2.191)	(2.191)
Não circulante				264.573	296.185	296.185
Debêntures	0,70% a 1,00% a.a.	CDI	Annual	303.497	298.376	298.376
Debêntures	4,20% a.a.	IPCA	Semestral	56.631	55.999	55.999
Total				360.128	354.375	354.375
(-) Circulante				(44.869)	(7.556)	(7.556)
Não circulante				315.259	346.819	346.819

**15. Provisões**

	Controladora			Consolidado		
	Juros	Atualizações	Amortização	Juros	Atualizações	Amortização
Moeda nacional:						
FINAME	TJLP + 5,50% a.a.	URTLJP	Mensal	-	38	R\$
NCE (a)	2,75% a.a.	CDI	Semestral	20.091	60.104	R\$
Total				20.091	60.142	
(-) Circulante				(20.091)	(40.142)	
Não circulante				-	20.000	
Moeda nacional:						
FINAME	TJLP + 5,50% a.a.	URTLJP	Mensal	-	38	R\$
FINAME	TLP + 4,60% a.a.	UMSELIC	Mensal	788	1.404	R\$
NCE (a)	2,75% a.a.	CDI	Semestral	20.091	60.104	R\$
Total				20.879	61.546	
Moeda estrangeira:						
FINIMP (*)	EURIBOR + 3,02% a.a.	Variação cambial	Semestral	12.228	17.273	€
Total				12.228	17.273	
(-) Circulante				(35.107)	(78.819)	
Não circulante				(23.770)	(45.864)	

→ continuação

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas para os Exercícios Fins em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020**

trimestralmente, tendo por base as Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia. Em 31 de dezembro de 2021 o índice financeiro estava sendo atendido, conforme segue:

	Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020
Ativo		
Caixa e equivalentes de caixa	823.340	
Outras aplicações financeiras	241.296	
Passivo		
Empréstimos e financiamentos	33.107	
Debitores	360.128	
Arrendamento mercantil	69.067	
Dívida líquida	(602.214)	
EBITDA ajustado (*)	470.728	
Dívida líquida/EBITDA ajustado igual ou inferior a 3.0 vezes	(1,3)	

(\*) Para fins de apuração do índice financeiro, "EBITDA ajustado" significa, com base nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia relativas aos 4 (quatro) trimestres imediatamente anteriores, o resultado de EBITDA menos os pagamentos sobre obrigações com poder concedente (demonstração do fluxo de caixa) referente às parcelas fixa e variável mínima dos contratos de arrendamento.

**15. Provisão para Riscos Tributários, Trabalhistas e Cíveis e Depósitos Judiciais**

A Companhia e suas controladas estão expostas a certos riscos, representados em processos trabalhistas, trabalhistas e cíveis, que são provisionados nas demonstrações financeiras em virtude de serem considerados como de chance de perda provável. O procedimento de determinação dos processos provisionados é considerado adequado pela Administração, levando em consideração vários fatores, incluindo (mas não se limitando) a opinião dos assessores jurídicos da Companhia e suas controladas, a natureza dos processos e a experiência histórica. Os valores provisionados relativos às contingências em discussão judicial eram:

	Controladora	
	31.12.2021	31.12.2020
Provisão trabalhista (a)	20.633	21.061
Provisão para processo Fator Acidentário de Prevenção - FAP (b)	9.094	8.886
Provisão tributária (d)	1.675	1.643
Outros processos	2.315	2.262
Total	33.715	34.352

Os valores dos depósitos judiciais eram:

	Controladora	
	31.12.2021	31.12.2020
Relativos às contingências:		
Processos trabalhistas (a)	3.467	4.168
Processo FAP (b)	5.857	5.735
Processo CADE - multa (c)	2.372	2.338
Processo CADE - faturamento TRA (c)	226.574	213.798
Outros processos	130	1.157
Outros depósitos judiciais (e)	39.949	40.277
Subtotal	278.349	267.473

	Controladora	
	31.12.2021	31.12.2020
Relativo aos fornecedores:		
SCPar (f)	15.083	15.083
OGMO - Órgão de Gestão de Mão de Obra (g)	16.582	13.178
Subtotal	31.665	28.261
Total	310.014	295.734

(\*) Referem-se a processos de responsabilidade: (i) da filial operacional Tecon Santos, provisionados no montante de R\$20.633 (R\$21.061 em 31 de dezembro de 2020), para os quais existem depósitos judiciais de R\$3.467 (R\$4.168 em 31 de dezembro de 2020) e 24 seguros garantindo o montante de R\$122.815 (R\$157.687 em 31 de dezembro de 2020); (ii) da controlada Santos Brasil Logística, provisionados no montante de R\$2.115 (R\$1.470 em 31 de dezembro de 2020), para os quais existem depósitos judiciais de R\$351 (R\$493 em 31 de dezembro de 2020) e 2 seguros garantindo o montante de R\$43 (R\$190 em 31 de dezembro de 2020); e (iii) da controlada Tecon Vila do Conde, provisionados no montante de R\$441 (R\$129 em 31 de dezembro de 2020), para os quais existem depósitos judiciais de R\$49 (R\$20 em 31 de dezembro de 2020) e 6 seguros garantindo o montante de R\$3.472 (R\$2.387 em 31 de dezembro de 2020). (b) O provisionamento refere-se às impugnações administrativas apresentadas perante o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, em razão da nova sistemática de cálculo da contribuição previdenciária, baseada na criação de índice multiplicador denominado FAP, calculado principalmente com base no número de acidentes do trabalho ocorridos nas empresas e de afastamentos de funcionários em atividades econômicas, as mesmas que exercem a mesma atividade econômica. Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE). Diante da manutenção da cobrança, foi ajuizada medida cautelar requerendo autorização para o depósito judicial e suspensão da exigibilidade do crédito tributário referente ao FAP do ano 2010. A liminar foi deferida autorizando o depósito integral dos créditos da controladora, no montante de R\$5.857 (R\$5.735 em 31 de dezembro de 2020), e de suas controladas composto de: (i) R\$1.401 (R\$1.372 em 31 de dezembro de 2020) - Santos Brasil Logística; (ii) R\$686 (R\$66 em 31 de dezembro de 2020) - Tecon Vila do Conde; e (iii) R\$828 (R\$27 em 31 de dezembro de 2020) - Terminal de Veículos/TEV. Posteriormente, foi ajuizada ação ordinária para discussão da constitucionalidade e legalidade do FAP. Também foram ajuizadas ações ordinárias referentes ao FAP do ano 2011 da Santos Brasil Logística e ao FAP de 2012 da Santos Brasil Participações S.A., visando à suspensão da exigibilidade do débito mediante a realização de depósitos judiciais. (c) Os depósitos relacionados ao CADE referem-se ao processo 08012.07443/99-17 que tramitou nesse órgão sobre acusação de possíveis condutas infringentes à ordem econômica, envolvendo várias empresas exploradoras de cais atendido ou administração privada, inclusive a filial operacional Tecon Santos. O processo teve por objeto a legalidade da cobrança dos serviços de segregação e entrega de contêineres (SESE) efetuados nos Terminais Petrolíferos Alagadinhos - TRAs. O processo foi julgado e a Companhia condenada no âmbito do CADE a: (i) multa pecuniária; e (ii) interrupção da cobrança feita aos TRAs. Em razão da decisão administrativa, a Companhia ingressou com ação judicial (item 14 do formulário de referência) e obteve decisões favoráveis de mérito em primeira e segunda instância para anular a penalidade imposta pelo CADE e declarar a legalidade da cobrança do Serviço de Segregação e Entrega, o que possibilitou à Companhia (i) dispor dos valores faturados, que não mais deverão ser depositados; (ii) cobrar os valores retroativos de faturamentos que estavam represados; e (iii) requerer judicialmente o levantamento dos depósitos judiciais dos serviços. Antes disso, a Companhia obteve liminar para retomar a cobrança mediante depósitos judiciais integrais dos valores cobrados e do valor integral da multa pecuniária aplicada pelo CADE, o que foi feito, resultando em depósitos judiciais nos valores de R\$150.619 (R\$145.179 em 31 de dezembro de 2020) e R\$2.372 (R\$2.338 em 31 de dezembro de 2020), respectivamente. Frise-se, ainda, que nesta mesma ação estão sendo depositados os tributos decentes do faturamento (PIS, COFINS, IRPJ e CSLL) cujo montante é de R\$65.733 (R\$60.082 em 31 de dezembro de 2020). Para maiores informações sobre o processo, verificar o Item 4.3, Processo 14 do Formulário de Referência. Sobre tais serviços ainda incide o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, sendo que os mesmos foram depositados judicialmente pela Companhia, com valores totais já depositados de R\$10.222 (R\$8.537 em 31 de dezembro de 2020). Os impostos incidentes sobre o faturamento TRA, no montante de R\$63.991 (R\$57.836 em 31 de dezembro de 2020), estão classificados no passivo não circulante. (d) O provisionamento consolidado, no montante de R\$4.999 (R\$4.808 em 31 de dezembro de 2020), refere-se, principalmente: (i) à Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU da Prefeitura Municipal de Santos, no montante de R\$2.924; (ii) ação anulatória de débitos fiscais, no montante de R\$1.675; e (iii) outros processos, no montante de R\$400. (e) Os depósitos judiciais classificados como outros, relacionados à controladora, estão compostos de: (i) depósito referente ao alargamento da base de cálculo do PIS e do COFINS nos exercícios de 1999 a 2003, nos montantes de R\$1.530 (R\$1.513 em 31 de dezembro de 2020) e R\$9.702 (R\$9.589 em 31 de dezembro de 2020), respectivamente, cujas provisões foram estornadas; (ii) questionamento da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira - CPMF sobre a transferência dos empréstimos no processo de incorporação, no valor de R\$2.966 (R\$2.920 em 31 de dezembro de 2020); (iii) depósito referente a tributos federais e a Dívida Ativa da União, no valor de R\$17.761 (R\$17.460 em 31 de dezembro de 2020); (iv) depósito de INSS e de imposto de renda sobre o Plano de Demissão Voluntária - PDV e do Fundo de Natureza Não Salarial do Sindicato dos Estivadores - SINDESTIVA de Santos, São Vicente, Guarujá e Cubatão, no valor de R\$1.685 (R\$1.685 em 31 de dezembro de 2020); e (v) outros depósitos nas esferas tributária e civil, no valor de R\$6.305 (R\$7.110 em 31 de dezembro de 2020). Os depósitos judiciais classificados como outros nas companhias controladas são relacionados a: (i) controlada Santos Brasil Logística, referem-se a execuções fiscais de tributos federais que impediam a obtenção da Certidão Negativa da Dívida Ativa, no montante de R\$3.383 em 31 de dezembro de 2020), processos trabalhistas, no montante de R\$790 (R\$1.024 em 31 de dezembro de 2020) e a bloqueios judiciais, no montante de R\$321; (ii) controlada Tecon Vila do Conde, referem-se a processos trabalhistas, no montante de R\$525 (R\$573 em 31 de dezembro de 2020), outros depósitos nas esferas tributária e civil, no montante de R\$1.578 (R\$1.578 em 31 de dezembro de 2020), e a bloqueios judiciais, no montante de R\$7 (R\$7 em 31 de dezembro de 2020); e (iii) controlada Numeral 80, referem-se a bloqueios judiciais, no montante de R\$20 (R\$20 em 31 de dezembro de 2020). (f) Em 26 de novembro de 2012, foi celebrado entre a União e o Estado de Santa Catarina o Convênio de Delegação nº 01/2012, que delegou a administração e a exploração do Porto de Imbituba para a SCPar, a partir de 25 de dezembro de 2012. A Companhia Docas de Imbituba S.A., administradora anterior, moveu processo contra a ANTAQ e a União, pleiteando a manutenção da vigência do seu contrato de concessão até dezembro de 2016. A Companhia, diante dessa situação, efetuou os pagamentos das suas obrigações relacionadas aos seus contratos de exploração do Terminal de Contêineres e do Terminal de Carga Geral naquele port e propôs ação de consignação em pagamento para depósito, no montante de R\$23.774. Em julho de 2014, a SCPar - Porto de Imbituba, levantou o valor de R\$8.691. Em 31 de dezembro de 2021, esses depósitos representavam o montante de R\$15.083 (R\$15.083 em 31 de dezembro de 2020). O valor relacionado a esse depósito está provisionado no passivo não circulante, em 31 de dezembro de 2021, no montante de R\$15.021 (R\$15.021 em 31 de dezembro de 2020), na rubrica "Fornecedores". Em agosto de 2018, a ação foi julgada procedente, declarando a extinção da obrigação da Companhia, reconhecendo a SCPar como credora dos valores depositados referentes ao período contratual após 25 de dezembro de 2013 e reconhecendo a Companhia Docas de Imbituba comoidora dos valores referentes ao período contratual que antecedeu o fim da concessão. A SCPar e a Companhia Docas de Imbituba opuseram embargos de declaração em face da decisão prolatada. Os embargos opostos pela Companhia Docas de Imbituba foram acolhidos corrigindo a data do termo final do Contrato (de 25 de dezembro de 2013 para 25 de dezembro de 2012). Em 26 de agosto de 2021, foi dado parcial provimento ao apelo da SCPar para reconhecer a sucumbência parcial da Companhia na primeira parte da ação de consignação. Em 13 de setembro de 2021, a Companhia opôs embargos de declaração os quais aguardam julgamento. Para 31 de dezembro de 2021, não houve mudança no andamento do processo. (g) Em 30 de março de 2019, a contribuição paga pelos Operadores Portuários ao OGMO - Órgão de Gestão de Mão de Obra, para custear suas despesas administrativas e operacionais, bem como o passivo das ações existentes, passou a ser calculada com base no volume de toneladas movimentadas por cada Operador Portuário. Este novo modelo difere do critério até então vigente, que considerava a quantidade de mão de obra avulsa requisitada ao OGMO para movimentação de carga. Em 1º de abril de 2019, a Ação Ordinária nº 1006328262019260562, visando à nulidade da Assembleia que instituiu a nova forma de contribuição e reconhecendo a ilegalidade de tal critério. Em 20 de outubro de 2021 as Partes se comprometeram a regramento para o custeio das despesas do OGMO. O valor dos depósitos judiciais da Companhia, será integralmente levantado pelo OGMO. Em 31 de dezembro de 2021, esses depósitos representavam o montante de R\$16.582 (R\$13.178 em 31 de dezembro de 2020). Para maiores informações sobre o processo, verificar o Item 4.3, Processo 22 do Formulário de Referência. Os processos referentes à controlada Santos Brasil Logística, mencionados no item (a), cuja origem tenha sido anterior à data de sua aquisição, conforme determinação contratual, serão de responsabilidade de seus antigos acionistas. Assim, em 31 de dezembro de 2021, o montante de R\$2.924 (R\$2.765 em 31 de dezembro de 2020) foi reconhecido no ativo não circulante, na rubrica "Outros Ativos". As movimentações das provisões para contingências, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e exercício findo em 31 de dezembro de 2020, estão demonstradas nos quadros a seguir:

	Controladora				
	Saldo em 31.12.2020	Adições	Pagamento de condenação	Outras movimentações (*)	Saldo em 31.12.2021
Provisão trabalhista	21.061	1.035	(16.218)	14.755	20.633
Provisão FAP	8.886	208	—	156	9.094
Provisão tributária	1.643	16	(140)	156	1.675
Outros processos	2.762	85	(2.009)	1.475	2.313
Total	34.352	1.344	(18.367)	16.386	33.715

(\*) O montante de R\$16.386 referem-se, principalmente, a alterações de probabilidade de perda, no montante de R\$12.696.

	Consolidado				
	Saldo em 31.12.2019	Adições	Pagamento de condenação	Outras movimentações (*)	Saldo em 31.12.2020
Provisão trabalhista	16.124	770	(13.080)	17.247	21.061
Provisão FAP	9.554	164	—	(832)	8.886
Provisão tributária	1.814	—	—	29	1.643
Outros processos	1.872	—	(2.644)	3.534	2.762
Total	29.164	934	(15.722)	19.978	34.352

(\*) O montante de R\$19.978 referem-se, principalmente, a alterações de probabilidade de perda, no montante de R\$15.878.

	Consolidado				
	Saldo em 31.12.2020	Adições	Pagamento de condenação	Outras movimentações (*)	Saldo em 31.12.2021
Provisão trabalhista	22.660	1.330	(17.808)	17.006	23.281
Provisão FAP	11.405	266	—	—	11.671
Provisão tributária	4.808	16	(140)	315	4.999
Outros processos	2.835	641	(2.769)	2.658	3.365
Total	41.708	2.253	(20.717)	19.979	43.223

(\*) O montante de R\$19.979 referem-se, principalmente, a alterações de probabilidade de perda, no montante de R\$15.371.

	Consolidado				
	Saldo em 31.12.2019	Adições	Pagamento de condenação	Outras movimentações (*)	Saldo em 31.12.2020
Provisão trabalhista	18.491	844	(15.988)	19.313	22.660
Provisão FAP	12.026	211	—	(832)	11.405
Provisão tributária	5.077	—	—	(269)	4.808
Outros processos	1.899	—	(2.673)	3.609	2.835
Total	37.493	1.055	(18.671)	21.821	41.708

(\*) O montante de R\$21.821 referem-se, principalmente, a alterações de probabilidade de perda, no montante de R\$17.414.

**SANTOS BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS - CNPJ/MF nº 02.762.121/0001-04**

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas para os Exercícios Fins em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020**

Além dos processos anteriormente citados, a Companhia e suas controladas possuem processos administrativos e judiciais em andamento, cujas avaliações, efetuadas por seus assessores jurídicos, são consideradas como de chance de perda possível, no montante de R\$920.865 (R\$758.447 em 31 de dezembro de 2020), nesse caso nenhuma provisão para perda foi registrada nas demonstrações financeiras. As movimentações dos processos possíveis, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, estão demonstradas nos quadros a seguir:

	Saldo em 31.12.2020		Outras movimentações (**)		Saldo em 31.12.2021	
Natureza da ação	15.169	—	(6.538)	—	8.631	—
Adjuaneira	8.631	19	587	9.207	13.437	9.207
Cível	69.173	12.042	(1.058)	80.133	81.183	80.133
Trabalhista	81.183	103.820	(6.511)	175.392	151.984	175.392
Tributária	587.242	13.828	27.906	628.976	628.976	628.976
Outras	12.212	372	(3.427)	9.157	12.212	9.157
Total	758.447	130.081	(14.337)	902.865	902.865	902.865

(\*) Referem-se a novos processos classificados com probabilidade de perda possível. Quanto aos processos trabalhistas, as ações são relacionadas a diversas reclamatórias ajuizadas no período, sendo o principal processo movido pelo Sindicato dos Estivadores de Santos - SINDESTIVA, no montante de R\$78.697 (processo destacado ao final desta nota). (\*\*) Referem-se, basicamente, a alterações de contingências ou da probabilidade de perda positiva ou negativamente. A principal movimentação do período é referente à atualização da contingência do Processo Aço, cujo saldo de contingência em 31 de dezembro de 2020 era de R\$379.230 e em 31 de dezembro de 2021 passou a ser de R\$387.019.

	Saldo em 31.12.2019		Outras movimentações (**)		Saldo em 31.12.2020	
Natureza da ação	15.169	—	(6.538)	—	8.631	—
Adjuaneira	39.418	41.700	(11.939)	69.173	69.173	69.173
Cível	77.600	19.416	(15.833)	81.183	81.183	81.183
Tributária	441.871	5.521	139.850	587.242	587.242	587.242
Outras	7.712	4.026	474	12.212	12.212	12.212
Total	581.770	70.663	(106.014)	758.447	758.447	758.447

(\*) Referem-se a novos processos classificados com probabilidade de perda possível. Com relação aos processos cíveis, destacam-se duas ações judiciais que tratam da legalidade da cobrança dos serviços de segregação e entrega de contêineres. Quanto aos processos trabalhistas, as ações são relacionadas a diversas reclamatórias ajuizadas no período. (\*\*) Referem-se, basicamente, a alterações de contingências ou da probabilidade de perda positiva ou negativamente. A principal movimentação do período é referente à atualização da contingência do Processo Aço, cujo saldo de contingência em 31 de dezembro de 2019 era de R\$259.815 e em 31 de dezembro de 2020 passou a ser de R\$379.230.

**Processo Aço:** Em 14 de dezembro de 2012, a Companhia e sua controlada Numeral 80 receberam auto de infração da Receita Federal do Brasil lavrado para a cobrança de IRPJ e CSLL relativos aos anos-base de 2006 a 2011, cumulados com juros de mora, multa de ofício agravada e multa isolada, no montante de R\$334.495. Segundo o auto de infração, a Numeral 80 teria deixado de adicionar ao lucro real e à base de cálculo da CSLL as despesas de amortização do ágio decorrente da incorporação das sociedades adquirentes de ações de sua emissão. A Companhia e sua controlada Numeral 80 impugnaram o auto de infração ao fundamento de que o ágio gerado na aquisição das participações acionárias detidas na Numeral 80 (então Santos-Brasil S.A.) e a ela transferido por meio da incorporação foi constituído regularmente, em estrita conformidade com a legislação societária e fiscal. O valor da Autuação, para 31 de dezembro de 2021, é de R\$387.019 (R\$379.230 em 31 de dezembro de 2020). Para maiores informações sobre o processo, verificar o Item 4.3, Processo 1 do Formulário de Referência. **Processo PIS/COFINS:** Em outubro de 2019, a Companhia recebeu o Auto de Infração nº 0816500.2018.00316 lavrado pela Delegacia Especial de Fiscalização da Receita Federal do Brasil de Comércio Exterior, no montante de R\$18.742, referente à cobrança de PIS e COFINS, data base 2015. A Receita Federal entende que a Companhia creditou-se de forma indevida de alguns insumos. A Companhia apresentou impugnação, visto que todos os créditos foram gerados em conformidade com a legislação vigente. Em 31 de dezembro de 2021, o valor atualizado é de R\$24.927 (R\$21.701 em 31 de dezembro de 2020). Para maiores informações sobre o processo, verificar o Item 4.3, Processo 7 do Formulário de Referência. **Processo SINDESTIVA:** O Sindicato dos Estivadores de Santos que propôs ação judicial contra a Companhia visando à cobrança de multa diária por um suposto descumprimento de uma decisão judicial proferida em 2016 pela Justiça Trabalhista do Guarujá. Segundo as alegações do Sindicato, a decisão judicial descumprida obrigou a Companhia a contratar, para o exercício das atividades de estivador, somente trabalhadores portuários vinculados ao Sindicato dos Estivadores. O valor inicial pretendido pelo Sindicato foi de R\$721.063 milhões, que representaria o valor da multa estipulada na decisão calculada de 2016 a 2021 (R\$20 mil por dia por trabalhador irregular). A Companhia apresentou defesa na primeira instância, sendo proferida decisão de mérito confirmando o descumprimento da decisão e fixando a multa no valor de R\$70 milhões. Em março de 2021 a Companhia interps recurso ao Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região ("TRT2") defendendo o não descumprimento da decisão judicial, visto que vem utilizando mão de obra portuária para o desempenho das atividades de estivador, nos termos da Lei 12.815 (Lei dos Portos, Lei 28 de dezembro de 2021, a 12ª Turma do TRT2 negou provimento ao recurso interposto pela Companhia. Em novembro de 2021, a Companhia opôs embargos de declaração contra a decisão do TRT2, que até a presente data ainda não foram julgados. Segundo os assessores legais da Companhia, há chances possíveis de reversão da decisão desfavorável à Companhia perante o Tribunal Superior do Trabalho. Em 31 de dezembro de 2021 o valor atualizado era de R\$78.697.

**16. Obrigações com Poder Concedente**

A Companhia e suas controladas reconhecem no passivo as parcelas fixas e variáveis (movimentações mínimas contratuais), sendo trazidas a valor presente na data inicial dos contratos de arrendamento.

	Controladora				
	Saldo contábil 31.12.2020	Juros apropriados	Varição monetária/ Efeitos de renovação (*)	Paga-mentos	Saldo contábil 31.12.2021
Contratos					
Arrendamento:					
Tecon Santos	754.079	— 31.625	134.765 (51.815)	868.654	754.079
Tecon Imbituba	37.591	— 1.423	14.737 (4.840)	48.911	37.591
Saboo 42.000 m²	1.720	9.551 1.356	— (9.154)	3.473	1.720
Saboo 64.412 m²	—	4.627 96	— (2.998)	6.695	—
Total	793.390	14.178 34.470	149.502 (66.807)	922.733	793.390

MMC:

Tecon Imbituba	384.291	— 11.603	128.514 (6.232)	518.176
TCG Imbituba	5.527	— 201	352 (602)	5.478
Saboo 42.000 m²	410	1.632 232	— (1.536)	738
Saboo 64.412 m²	—	156 2	— (87)	71
Total	390.228	1.788 12.038	128.866 (8.457)	524.463

Obrigações com poder concedente

(-) Circulante	1.183.618	15.966 46.500	278.368 (77.264)	1.447.196
(-) Circulante	(96.142)	—	—	(153.839)
Não circulante	1.087.476	—	—	1.293.357

(\*) A contrapartida desse montante é o direito de exploração no ativo intangível, conforme nota explicativa nº 12.

—☆ continuação

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020**

de exercícios anteriores, após as retenções previstas na legislação ou aprovadas pelos acionistas, para fazer face ao plano de investimentos de expansão em controladas, conforme orçamentos de capital, tendo em 31 de dezembro de 2021 o montante de R\$140.088 (R\$140.088 em 31 de dezembro de 2020). • Recompra de ações: Em 17 de dezembro de 2013, foi aprovado pela Reunião do Conselho de Administração o Programa de Recompra de Ações da Companhia, com o objetivo de maximizar a geração de valor para os acionistas. O programa autorizou a compra de até 4.215.556 unilas sendo 4.215.556 ações ordinárias e 16.862.225 ações preferenciais, tendo um prazo máximo para aquisição das ações de 365 dias, com início em 20 de dezembro de 2013 e término em 20 de dezembro de 2014. Em 22 de agosto de 2016, com a migração para o Novo Mercado da B3 - Brasil Bolsa Balcão as unilas foram canceladas e convertidas em sua totalidade de ações preferenciais em ações ordinárias. Até 31 de dezembro de 2019, foram entregues 4.003.556 ações em tesouraria referentes a opções exercidas, gerando um resultado de R\$12.940. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram entregues 1.237.348 ações em tesouraria referentes a opções exercidas de *Stock Option* e ações exercidas de *Performance Share*, gerando um resultado de R\$4.000. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram entregues 478.593 ações em tesouraria referentes a opções exercidas de *Stock Option* e ações entregues de *Matching de ações*, gerando um resultado de R\$1.548. A seguir, posição em 31 de dezembro de 2021 de ações compradas pela Companhia:

	Preço				
	Quantidade de Ações Ordinárias	Valor Mercado (*)	Médio Ponderado	Mínimo	Máximo
Saldo original	6.138.745	19.844	39.472	3,23	2,90
(-) Ações entregues	(5.719.497)	(18.488)			
Saldo Atual	419.248	1.356	2.696		

(\*) Valor de mercado com base na última cotação, anterior a data de encerramento do exercício.  
 (1) Valor de mercado dos acionistas: São assegurados aos acionistas dividendos mínimos anuais de 25% do lucro líquido, ajustado de acordo com a legislação societária e o Estatuto Social da Companhia. A seguir, a demonstração da remuneração dos acionistas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021:

	%	31.12.2021
Lucro líquido do exercício		217.732
Constituição da reserva legal	5%	(13.587)
Lucro líquido ajustado (a)		258.145
Dividendos mínimos obrigatórios	25%	64.536
Remuneração aos acionistas		126.764
Dividendos intermediários, adiantados no decorrer do exercício de 2021 (b)		97.423
Juros sobre o capital próprio, adiantados no decorrer do exercício de 2021 (c)		(33.323)
IRPF sobre os juros sobre o capital próprio (d)		(33.323)
Dividendos complementares propostos (e)		249.842
Remuneração líquida aos acionistas (b + c + d + e)		258.145
Remuneração bruta aos acionistas (b + c + e)	100%	258.145

Os dividendos intermediários e os juros sobre o capital próprio líquidos e creditados por classe de ação foram:  
 Ações ordinárias 215.884  
 Quantidade de ações ordinárias 862.411,304  
 Valor unitário de dividendos por ação 0,299329680

e) Ajuste de avaliação patrimonial: • Assistência médica complementar: Representado pelo registro contábil do cálculo atuarial da assistência médica complementar (nota explicativa nº 26), obedecendo ao que determina o pronunciamento técnico CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados.

**19. Receita Operacional**

A seguir, a conciliação entre as receitas brutas para fins fiscais e as receitas apresentadas nas demonstrações do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, bem como a desagregação da receita, conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Receita bruta	1.183.216	635.346	1.768.418	1.087.107
Terminais Portuárias	1.183.216	635.346	1.328.737	768.564
Operações Portuárias	645.125	303.152	728.962	372.216
Armazenagem Alfandegada	517.563	315.317	571.895	365.397
Carga Geral	20.528	16.877	27.880	23.951
Logística	-	-	350.764	268.475
Transportes	-	-	37.831	43.772
Armazenagem Alfandegada	-	-	261.151	181.882
Centro de Distribuição	-	-	42.683	33.142
Terminais Logísticos	-	-	9.099	9.679
Terminal de Veículos/TEV	-	-	88.917	50.068
Armazenagem Alfandegada	-	-	88.917	50.068
Deduções da receita:				
Impostos sobre serviços	(127.297)	(71.973)	(205.848)	(136.978)
Outras	(19.414)	(12.492)	(28.341)	(20.568)
Total	1.036.505	550.881	1.534.229	929.563

**20. Despesas Operacionais por Natureza**

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Mão de obra avulsa	(48.317)	(24.793)	(49.078)	(25.236)
Taxas - Companhias Docas	(12.481)	(9.770)	(15.685)	(14.218)
Energia elétrica	(12.957)	(9.054)	(14.973)	(11.455)
Combustíveis e lubrificantes	(29.212)	(16.849)	(45.016)	(28.488)
Fretes	(11.548)	(11.600)	(47.906)	(37.806)
Movimentação de veículos	(2.632)	(2.767)	(17.071)	(11.693)
Outros serviços e materiais	(326.177)	(257.787)	(428.930)	(350.285)
Despesas com pessoal	(209.085)	(203.379)	(31.196)	(22.449)
Consultoria, assessoria e auditoria	(29.722)	(23.680)	(42.895)	(35.513)
Manutenção operacional	(42.216)	(27.686)	(55.793)	(38.600)
Depreciação e amortização	(139.829)	(109.630)	(187.227)	(152.363)
Aluguéis/condomínios - áreas operacionais	-	-	(9.690)	(6.905)
Comissões sobre vendas de serviços	(21.882)	(17.937)	(95.606)	(80.423)
Provisão para perdas de créditos esperadas e perdas de créditos incobráveis	(22.575)	(14.787)	(23.502)	(14.450)
Outras despesas	(32.203)	(19.858)	(80.540)	(51.713)
Total	(760.836)	(566.577)	(1.168.377)	(897.028)

Classificadas como:  
 Custo dos bens ou serviços prestados (612.803) (457.949) (921.869) (708.612)  
 Despesas com vendas (37.924) (22.704) (117.534) (89.698)  
 Provisão para perdas de créditos esperadas e perdas de créditos incobráveis (22.575) (14.787) (23.502) (14.450)  
 Despesas gerais e administrativas e amortização de ágio (87.534) (71.137) (105.472) (84.268)  
 Total (760.836) (566.577) (1.168.377) (897.028)

**21. Outras Receitas (Despesas) Operacionais**

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Outras receitas operacionais:				
Correção de adiantamento para fundo de dragagem (*)	2.030	2.527	2.030	2.527
Correção de depósitos judiciais (**)	4.550	7.897	4.560	7.921
Correção de crédito a recuperar - FUNDAF	-	-	8	20
Ganho na venda de ativos	312	56	911	2.656
Ganho na baixa de direito de uso	-	-	2	5
Receitas com depósitos não identificados	841	601	1.850	1.318
Recuperação de energia elétrica	216	599	216	607
Recuperação de PIS/COFINS sobre CMS	-	-	2.162	-
Recuperação de INSS - Folha de Pagamento	464	1.747	576	2.335
Reembolso de seguro	487	7.598	567	2.103
Ressarcimento de ocupação de berço	-	2.743	-	2.743
Outras receitas	357	595	1.209	2.038
Total	9.259	24.363	14.086	29.763

Outras despesas operacionais:  
 Baixa e perdas na venda de ativos (1.257) (1.830) (1.309) (2.297)  
 Correção de provisões (209) 155 (268) 108  
 ISS sobre vendas canceladas (994) (156) (1.019) (176)  
 Precatórios (517) (517) (233) (233)  
 Custo na venda de materiais de estoque (39) (169) (169) (169)  
 Total (2.460) (1.870) (3.185) (2.767)

(\*) Até junho de 2021 as correções de dragagem eram feitas na rubrica "correção de adiantamento para fundo de dragagem" em "Outras Receitas Operacionais", a partir de julho 2021 essas correções passaram a ser feitas na rubrica "Outras Receitas" no grupo de "Receitas Financeiras". (\*\*\*) Até junho de 2021 as correções de depósitos judiciais eram feitas na rubrica "correção de depósitos judiciais" em "Outras Receitas Operacionais", a partir de julho 2021 essas correções passaram a ser feitas na mesma rubrica, porém no grupo de "Receitas Financeiras".

**22. Receitas (Despesas) Financeiras**

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Receitas financeiras:				
Rendimento de aplicações financeiras	39.373	5.597	47.388	9.046
Variações monetárias e cambiais ativas	-	-	2.150	932
Correção impostos a recuperar	673	521	1.036	551
Correção de depósitos judiciais (*)	9.038	121	9.076	142
Outras receitas (**)	1.199	397	1.781	774
Total	50.283	6.636	61.431	11.445

Despesas financeiras:  
 Juros sobre debêntures e empréstimos (5.029) (10.361) (8.411) (13.930)  
 Variações monetárias e cambiais passivas - - (8.131) (9.522)  
 Imposto sobre Operações Financeiras - IOF sobre operações administrativas (72) (89) (101) (100)  
 Juros sobre obrigações com poder concedente (46.508) (48.026) (51.730) (53.435)  
 Juros sobre arrendamento mercantil (111) (13) (4.724) (2.400)  
 Comissões e taxas financeiras (3.554) (3.608) (3.633) (3.680)  
 Outras despesas (1.313) (5.270) (1.770) (5.572)  
 Total (56.587) (67.367) (78.500) (88.639)

(\*) Até junho de 2021 as correções de depósitos judiciais eram feitas na rubrica "correção de depósitos judiciais" em "Outras Receitas Operacionais", a partir de julho 2021 essas correções passaram a ser feitas na mesma rubrica, porém no grupo de "Receitas Financeiras". (\*\*\*) Até junho de 2021 as correções de dragagem eram feitas na rubrica "correção de adiantamento para fundo de dragagem" em "Outras Receitas Operacionais", a partir de julho 2021 essas correções passaram a ser feitas na rubrica "Outras Receitas" no grupo de "Receitas Financeiras".

**23. Plano de Opção de Compra de Ações e Plano de Incentivo Arelado a Ações - Controladora**

Em 4 de agosto de 2017, foram aprovadas em Assembleia Geral Extraordinária a alteração do Plano de Opção de Compra de Ações aprovadas em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 09 de janeiro de 2008, adotado em 1º de abril de 2015 e a criação do Plano de Incentivo Arelado a Ações da Companhia (Plano de *Performance Shares* e *Matching de Ações*). O Plano de Incentivo Arelado a Ações da Companhia tem como objetivo regular a possibilidade de concessão de incentivos atrelados a ações ordinárias de emissão da Companhia a administradores e empregados que mantiveram vínculo de emprego ou estatutário, visando: (i) aumentar a capacidade de atração de talentos; (ii) reforçar a cultura de desempenho sustentável e de busca pelo desenvolvimento de certos administradores e empregados, alinhando os seus interesses com os dos acionistas; (iii) possibilitar à Companhia a manutenção de seus profissionais, oferecendo-lhes, como vantagem e incentivo adicional, a oportunidade de se tornarem acionistas; e (iv) estimular a expansão e o alcance e superação de suas metas empresariais, permitindo maior integração de seus administradores e empregados, na qualidade de acionistas da Companhia. As ações concedidas como incentivo no âmbito dos programas do Plano de Opção de Compra de Ações e do Plano de Incentivo Arelado a Ações não poderão ultrapassar o limite máximo de 5% das ações de capital social subscrito e integralizado da Companhia. a) **Plano de opção de compra de ações:** Por meio da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de setembro de 2006, os acionistas da então controlada Santos-Brasil S.A. aprovaram o Plano de Opção de Compra de Ações ("Plano") para administradores e colaboradores de alto nível. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 09 de janeiro de 2008, o Plano foi transferido para a Companhia. O Plano é administrado pelo Conselho de Administração ou, por opção desse Conselho, por um Comitê composto de três membros, sendo, pelo menos, um deles, necessariamente, membro (titular ou suplente) do Conselho de Administração. O Conselho de Administração ou o Comitê章程, periodicamente, Programas de Opção de Compra de Ações ("Programas"), agrupados em unilas, em que são definidos os beneficiários aos quais são concedidas as opções, o número de unilas da Companhia que cada beneficiário terá direito de subscrever ou adquirir com o exercício da opção, o preço de subscrição, o prazo inicial de carência durante o qual a opção não poderá ser exercida e as condições relativas para o exercício total ou parcial. Os termos e as condições são fixados em Contrato de Opção de Compra de Ações, celebrado entre a Companhia e cada beneficiário. O preço das unilas será determinado pelo preço de mercado das ações da Companhia no momento em que as unilas forem adquiridas pelos beneficiários, em decorrência do exercício da opção ("preço de exercício"), é equivalente ao valor médio das unilas dos últimos 30 pregões da B3 - Brasil Bolsa Balcão, anteriores à data da concessão da opção, podendo ser acrescido de correção monetária, com base na variação de um índice de preços, e, ainda, de juros a crédito do Conselho de Administração ou do Comitê, que, também, podem conceder aos beneficiários um desconto de até 15% no preço de exercício. As unilas da Companhia, adquiridas no âmbito do Plano, só podem ser alienadas se atendido o período mínimo de indisponibilidade estabelecido em cada Programa para cada lote de unilas, o qual nunca será inferior a três anos a contar da data de exercício de cada lote anual. Em 31 de dezembro de 2021, os Programas em vigência são os discriminados no quadro a seguir:

	Quantidade de unilas		Valor das opções RS/ unilas (*)	Quantidade de unilas exercidas	Quantidade de unilas caducadas	Quantidade de unilas em saldo
	Preços de exercício	Prazos de carência				
Programas	RS/unilas (*)	Przozos de carência	RS/ unilas (*)	exercidas	caducadas	saldo
2006 à 2015	9.581.720		2.828.178	6.753.542	-	
Total das opções outorgadas	9.581.720		2.828.178	6.753.542	-	

(\*) Valores originais nas datas dos Programas de Outorga das Opções.  
 Em 2 e 3 de março de 2016, foi aprovado pela Reunião do Conselho de Administração o preço de exercício para o Programa de Opção de Ações 2016 e deliberaram a submeter o mesmo à prévia

**SANTOS BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS - CNPJ/MF nº 02.762.121/0001-04**

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020**

apreciação e recomendação do Comitê de Remuneração do Conselho de Administração da Companhia, para posterior exame e aprovação do Conselho de Administração. Em 22 de agosto de 2016 com o cancelamento das unilas, caso seja exercida a opção de compra dos programas até 2015, serão emitidas cinco ações ordinárias ao beneficiário.

Programas	Preços de exercício RS/ ações (*)	Quantidade de ações outorgadas	Prazos de carência	Prazos de exercício	Valor das opções RS/ ações	Quantidade de ações exercidas	Quantidade de ações caducadas	Quantidade de ações em saldo
02/03/16 - Programa 2017	2,29	2.897.395			1,18	2.301.593	595.802	-
1º Lote anual		965.798	02/03/17	02/03/19		806.371	159.427	-
2º Lote anual		965.798	02/03/18	02/03/20		769.288	196.510	-
3º Lote anual		965.799	02/03/19	02/03/21		725.934	239.865	-
23/08/17 - Programa 2017	2,02	6.609.811			0,71	1.763.766	3.023.801	1.822.244
1º Lote anual		2.203.270	23/08/18	23/08/21		1.070.238	1.133.032	-
2º Lote anual		2.203.270	23/08/19	23/08/22		409.675	862.473	911.122
3º Lote anual		2.203.271	23/08/20	23/08/23		283.853	1.008.296	911.122
28/02/18 - Programa 2018	3,51	2.914.885			1,61	891.318	1.052.055	971.512
1º Lote anual		971.628	28/02/19	28/02/22		221.123	264.749	485.756
2º Lote anual		971.628	28/02/20	28/02/23		159.011	326.861	485.756
3º Lote anual		971.629	28/02/21	28/02/24		511.184	460.445	-
19/02/19 - Programa 2019	4,39	1.143.048			1,52	194.578	73.806	874.664
1º Lote anual		381.016	19/02/20	19/02/23		97.289	36.903	246.824
2º Lote anual		381.016	19/02/21	19/02/24		97.289	36.903	246.824
3º Lote anual		381.016	19/02/22	19/02/25		-	-	381.016
Total das opções outorgadas		13.565.139				5.151.255	4.745.464	3.668.420

(\*) Valores originais nas datas dos Programas de Outorga das Opções.  
 Os prazos de carência refletem as condições estabelecidas nos programas, sob as quais as opções poderão ser exercidas em três lotes anuais, cada qual equivalente a 33,3333% do total da opção concedida em cada Programa. Os preços de exercício dos lotes anuais serão corrigidos pelo IGP-M/FMV, na menor percentagem legalmente admitida, até as datas de exercício das opções. O prazo de exercício reflete o período de 24 meses para os Planos até 2016 e para os Planos a partir de 2017 reflete o período de 36 meses, sendo todos contados a partir do término dos prazos iniciais de carência dos lotes anuais. O custo das opções outorgadas é calculado durante os respectivos períodos de carência, com base nos valores das opções, determinados pelo método de avaliação *Black-Scholes* nas datas dos Programas. Em função da baixa rotatividade histórica de administradores e colaboradores de alto nível beneficiários das outorgas, considera-se, no cálculo superacionado, que 100% das opções serão *vested*. Conforme determina o pronunciamento técnico CPC 10, a Companhia e suas controladas reconheceram, a medida que os serviços foram prestados, em transação de pagamento baseado em ações, o efeito no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 no montante de R\$262 (R\$1.790 em 31 de dezembro de 2020). Em 2020 foram exercidos parte dos programas de 2017, 2018 e 2019, tendo retenção na fonte referente ao imposto de renda e INSS, no montante de R\$266. Em 2021 foram exercidos parte dos programas de 2018 e 2019, tendo retenção na fonte referente ao imposto de renda e INSS, no montante de R\$367, ambos contabilizados em reservas de capital. Das opções vigentes até 31 de dezembro de 2021, as exercidas representaram uma diluição na participação dos acionistas em 2,87% e as não exercidas, caso fossem totalmente exercidas sob determinadas condições previstas nos contratos, representariam uma diluição de participação dos atuais acionistas da ordem de 0,42%. b) **Planos de incentivo atrelado a ações:** • *Performance Shares:* Será outorgado aos beneficiários o direito a receber, gratuitamente, ações ordinárias da Companhia, se as metas forem alcançadas pelos beneficiários. A transferência da propriedade das ações ordinárias da Companhia outorgadas aos beneficiários a título de *Performance Shares* será realizada em um único lote, após 3 (três) anos ("Período de Carência"), a contar da data estabelecida para cada beneficiário em seu Contrato de Adesão ("Data Inicial"). O Conselho de Administração, entretanto, poderá, a seu exclusivo critério, antecipar a transferência da propriedade das ações ordinárias da Companhia outorgadas aos beneficiários a título de *Performance Shares*, caso as metas descritas no programa tenham sido atingidas antes de 3 anos, hipótese em que o término do Período de Carência será antecipado. Em caso de desligamento do funcionário (rescisão ou demissão) as opções que lhe tenham sido concedidas e ainda não exercidas estarão automaticamente extintas. Em 23 de agosto de 2017, foi aprovada a primeira outorga de 1.970.443 ações ordinárias para o Programa de *Performance Shares* dentro do limite estabelecido no Plano de Incentivo Arelado a Ações. Em 25 de fevereiro de 2021, foram aprovados novos programas de *Performance Shares* para os anos de 2020 (retroativo a 2 de julho de 2020) e 2021, sendo que cada programa possui 4 lotes anuais, com períodos de carência, sendo: 1º lote com 2 anos de carência, 2º lote com 3 anos de carência, 3º lote com 4 anos de carência, e 4º lote com 5 anos de carência.

Programas	Quantidade de ações outorgadas	Prazos de carência	Valor das opções - R\$ (*)	Quantidade de ações exercidas	Quantidade de ações caducadas	Quantidade de ações em saldo
23/08/17 - Programa 2017	1.970.443		2,31			

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020** (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

Operação	Risco	Taxa	Controladora					Contadora e Consolidado	Demonstração consolidada do resultado por segmento operacional - 31 de dezembro de 2021									
			Expo-sição	Cenário provável I	Cenário II (+) 25%	Cenário III (+) 50%	Cenário IV (-) 25%			Cenário V (-) 50%	Cobertura	Moeda	Vencimento	Terminais	Logística	Terminal de Veículos	Institucional	Eliminações
Danos materiais a terceiros								200	R\$									
Danos corporais a terceiros								200	R\$									
Danos morais								50	R\$									
Seguro da frota de veículos (caminhões):											Outubro/2022							
Danos materiais a terceiros								500	R\$									
Danos pessoais a terceiros								500	R\$									
Danos morais								100	R\$									
Seguro da frota de veículos (caminhões):																		
Danos materiais a terceiros								500	R\$									
Danos pessoais a terceiros								500	R\$									
Danos morais								100	R\$									
Seguro da frota de veículos (caminhões):																		
Danos materiais a terceiros								500	R\$									
Danos pessoais a terceiros								700	R\$									
Danos morais								100	R\$									

Operação	Risco	Taxa	Controladora					Contadora e Consolidado	Demonstração consolidada do resultado por segmento operacional - 31 de dezembro de 2021									
			Expo-sição	Cenário provável I	Cenário II (+) 25%	Cenário III (+) 50%	Cenário IV (-) 25%			Cenário V (-) 50%	Cobertura	Moeda	Vencimento	Terminais	Logística	Terminal de Veículos	Institucional	Eliminações
Danos materiais a terceiros								500	R\$									
Danos corporais a terceiros								200	R\$									
Danos morais								50	R\$									
Seguro da frota de veículos (caminhões):																		
Danos materiais a terceiros								500	R\$									
Danos pessoais a terceiros								700	R\$									
Danos morais								100	R\$									

**Risco de crédito:** As políticas de crédito fixadas pela Administração visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Esse objetivo é alcançado pela Administração por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes, que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito) e da diversificação (pulverização do risco). A provisão consolidada para perdas de crédito esperadas, em 31 de dezembro de 2021, era de R\$22.976, representando 9,86% do saldo de contas a receber em aberto. Em 31 de dezembro de 2020, essa provisão era de R\$12.254, equivalente a 8,56%. Também, a Administração, visando minimizar os riscos de créditos atrelados às instituições financeiras, procura diversificar suas operações em instituições de primeira linha.

Ativo:	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Caixa e equivalentes de caixa	609.317	460.346	823.340	643.861
Outras aplicações financeiras	241.296	426.598	241.296	426.598
Contas a receber	150.596	89.899	209.989	130.883
Dividendos a receber	13.359	6.120	6.543	5.896
Precatórios a receber	1.014.568	982.963	1.281.168	1.207.238

**Risco de liquidez:** O risco de liquidez representa a possibilidade de descumprimento entre os vencimentos de ativos e passivos, o que pode resultar em incapacidade de cumprir as obrigações nos prazos estabelecidos. A política geral da Companhia é manter níveis de liquidez adequados para garantir que possa cumprir as obrigações presentes e futuras e aproveitar oportunidades comerciais à medida que surgirem. A Administração julga que a Companhia não tem risco de liquidez, considerando a sua capacidade de geração de caixa e a sua estrutura de capital com baixa participação de capital de terceiros. Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos, a fim de reverter posições que poderiam prejudicar a liquidez da Companhia.

Passivo:	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Empréstimos e financiamentos	20.091	21.259	21.259	-
Debêntures	303.497	407.645	62.724	122.338
Fornecedores	79.416	79.416	64.395	15.021
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	111.140	111.140	111.140	-
Obrigações com poder concedente	1.447.196	2.094.510	196.092	211.620
Arrendamento mercantil	1.720	1.920	480	960
Total	1.963.060	2.715.890	456.000	349.939

**Gestão de capital:** A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, do credor e do mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno sobre o capital aplicado considerando os resultados das atividades econômicas dos segmentos operacionais, como também o nível de dividendos para acionistas ordinários e preferenciais. A Administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionadas por uma posição de capital saudável. O objetivo é atingir um retorno compatível com o seu custo de capital revisado anualmente por meio do conceito do Custo Médio Ponderado de Capital ("Weighted Average Cost of Capital - WACC"). A dívida em relação ao capital no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020 está apresentada a seguir:

Total dos passivos circulante e não circulante	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Total dos passivos circulante e não circulante	2.164.965	2.179.500	2.162.020	2.132.054
(-) Caixa, equivalentes de caixa e outras aplicações	(850.613)	(886.944)	(1.064.636)	(1.070.459)
Dívida líquida	1.314.352	908.556	1.500.453	1.061.595
Total do patrimônio líquido	2.187.228	2.097.210	2.187.228	2.097.210
Relação dívida líquida sobre o patrimônio líquido	6,0092	4,3322	6,8601	5,05619

**28. Efeitos Não Caixa**  
Efeitos nas demonstrações em referência que não afetaram o caixa nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, caso a operação tivesse afetado o caixa, seria apresentada na rubrica do fluxo de caixa abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
(Aumento) do intangível das obrigações com poder concedente	(294.334)	(244.789)	(335.192)	(264.286)
(Aumento) do imobilizado do arrendamento mercantil	60	(2.412)	(36.937)	(20.501)
Transações das atividades de investimentos	(294.274)	(247.201)	(372.129)	(284.787)

**29. Cobertura de Seguros**  
Em 31 de dezembro de 2021, as seguintes apólices de seguros estavam vigentes:

Filial - Tecon Imbituba	Controladora e Consolidado		
	Cobertura	Moeda	Vencimento
Seguro de Operador Portuário - SOP:			Janeiro/2023
Responsabilidade civil		20.000	US\$
Bens móveis e imóveis		16.000	US\$
Responsabilidade Civil Empregador - RCE		1.000	US\$
Responsabilidade civil - danos morais		1.000	US\$
Perda de receita por bloqueio de berço e canal		600	US\$
Danos elétricos		250	US\$
Seguro da frota de veículos (passoio):			Outubro/2022
Casco	100%	tabela FIPE	R\$
Acidentes Pessoais Passageiros - APPs		10	R\$

**Conselho de Administração**

<b>Verônica Valente Dantas</b> (Presidente)	<b>Maria Amalia Delfim de Melo Coutrim</b> (Vice-Presidente)	<b>Valdecyr Maciel Gomes</b> (Independente)	<b>Eduardo de Brito Pereira de Azevedo</b> (Independente)	<b>Luiz Sergio Fisher de Carvalho</b> (Independente)	<b>José Luis Bringle Vidal</b> (Independente)	<b>Felipe Villela Dias</b> (Independente)
--	---	--	--	---	--	--

**Diretoria**  
Antonio Carlos Duarte Sepúlveda - Diretor-Presidente e Diretor de Operações  
Daniel Pedreira Dorea - Diretor Econômico-Financeiro e de Relações com Investidores  
Ricardo dos Santos Buteri - Diretor Comercial

**Conselho Fiscal**  
Gilberto Braga - (Presidente)  
Leonardo Guimarães Pinto  
Luís Fernando Moran de Oliveira

**Contador**  
Thiago Otero Vasques - CRC nº 1 SP 238735/O-0

**Parceiro do Conselho Fiscal**  
O CONSELHO FISCAL da SANTOS BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, de acordo com o disposto no artigo 163, da Lei nº 6.404/1976, examinou o relatório anual da administração, as demonstrações financeiras, a proposta da administração para a destinação do resultado do exercício, todos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Com base nos documentos examinados, nas análises levadas a efeito e nos esclarecimentos apresentados por representante da Companhia e tendo em conta, ainda, o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas, emitido pela Ernst & Young Auditores Independentes, o CONSELHO FISCAL, por unanimidade, opina que os referidos documentos estão em condições de serem apresentados à Assembleia Geral de Acionistas para deliberação, com indicação de aprovação.

**Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas**  
Aos Acionistas e Administradores da Santos Brasil Participações S.A. São Paulo - SP **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Santos Brasil Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras acima referidas e apresentados adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras acima referidas e apresentados adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras acima referidas e apresentados adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras acima referidas e apresentados adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras acima referidas e apresentados adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras acima referidas e apresentados adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras acima referidas e apresentados adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras acima referidas e apresentados adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras acima referidas e apresentados adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras acima referidas e apresentados adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras acima referidas e apresentados adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras acima referidas e apresentados adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras acima referidas e apresentados adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras acima referidas e apresentados adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras acima referidas e

### Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compõem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das

demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade

operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 09 de março de 2022

**ERNST & YOUNG**  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-2SP034519/O-6  
Vanessa Aparecida Santos  
Contadora - CRC - SP-256324/O-3



Documento assinado digitalmente  
conforme MP nº 2.200-2 de  
24/08/2001, que institui a Infraestrutura  
de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



Certificado por Editora Globo SA  
04067191000160 em 11/03/2022 19:22  
A autenticidade deste documento  
pode ser conferida através do QR Code  
ou pelo link  
<http://valor.globo.com/valor-ri/>

Hash: 164695092132300dc9e18748899176459aa80b9ef5